

A TARDE

TRIBUTAÇÃO

ICMS para combustíveis é mantido há 4 anos, diz governo

DA REDAÇÃO

Em meio ao aumento no preço dos combustíveis e a circulação de informações que afirmam que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de ICMS sobre combustíveis entre os demais estados, o governo estadual esclareceu, ontem, que mantém a mesma alíquota do ICMS para combustíveis há quatro anos.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, no último dia 1º ocorreu apenas uma atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Tais valores adequam a cobrança do ICMS aos preços reais de mercado, praticados nas bombas. Com o acompanhamento do mercado internacional, a Petrobras registrou, nos últimos meses, sete altas.

LEIA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO
PORTAL A TARDE

Veículo: Site A Tarde	Online
Data: 07/06/2021	Caderno: Notícias

A TARDE

Seg , 07/06/2021 às 20:59 | Atualizado em: 07/06/2021 às 21:08

Governo diz que mantém mesma alíquota do ICMS para combustíveis há quatro anos

Da Redação



Em meio ao aumento no preço dos combustíveis e a circulação de informações que afirmam que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de ICMS sobre combustíveis entre os demais estados, o governo estadual esclareceu, nesta segunda-feira, 7, que mantém a mesma alíquota do ICMS para combustíveis há quatro anos.

De acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado**, no último dia 1º ocorreu apenas uma atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Tais valores adequam a cobrança do ICMS aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

Com o acompanhamento do mercado internacional, a Petrobras registrou, nos últimos meses, sete aumentos no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na refinaria e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Conforme o governo, o preço base utilizado teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Assim, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Segundo o governo do estado, mesmo com a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

GOVERNO DA BAHIA MANTÉM MESMA ALÍQUOTA DE COBRANÇA DE ICMS SOBRE PREÇO DE COMBUSTÍVEIS HÁ QUATRO ANOS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O aumento no preço dos combustíveis tem impactado a renda do trabalhador, e desde outubro de 2020 até o mês de maio deste ano, a Petrobras já realizou sete reajustes nos preços. Diante da variação do valor do combustível, o **Governo do Estado**, neste período, fez apenas duas atualizações sobre o valor de referência para cobrança do **ICMS** sobre combustíveis e não aumentou a alíquota. O valor de referência reflete o preço que o consumidor paga nos postos de combustíveis.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, o **Governo da Bahia** mantém a mesma alíquota do **ICMS** para combustíveis há quatro anos. O que ocorreu no último dia 1º foi a atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Estes valores adequam a cobrança do **ICMS** aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

A Petrobras mudou a política de preços e vem seguindo o mercado internacional, o que resultou, nos últimos meses, em significativo aumento no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na **refinaria** e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Já o preço base utilizado pelo **Governo do Estado** teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Dessa forma, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Tal cenário evidencia que não há correlação entre os valores de referência para cobrança do **ICMS** sobre os combustíveis e os sucessivos reajustes praticados pelos postos na Bahia.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza, lembra que o valor do combustível na bomba não é definido pela gestão estadual. 'O estado da Bahia não fez alteração da alíquota dos combustíveis há vários anos. Já o preço da mercadoria tem variação de acordo com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos'.

O superintendente ainda acrescenta que o ajuste feito pelo **Governo do Estado** segue pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). 'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a

pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência'.

**Refinaria | Procuradoria Geral do Estado - ICMS |
SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz**

Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Informação falsa

Nas últimas semanas circularam informações afirmando que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de **ICMS** sobre combustíveis entre os demais estados. A informação falsa não encontra parâmetro de validação na realidade do estado.

Prova disso é que mesmo a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram inclusive ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

Foto: ilustrativa

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico -

ICMS não acarreta reajustes do combustível, ressalta Secretaria da Fazenda estadual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **ICMS** cobrado sobre os combustíveis na Bahia não acarretam os reajustes de combustíveis, conforme explicação da Secretaria da Fazenda do Estado. Em nota, a pasta explicou que no começo do mês foi alterado apenas o valor de referência. A alíquota é a mesma há quatro anos. No diesel S10, a última atualização do valor de referência ocorreu em fevereiro. De lá para cá, continua a Sefaz, o combustível teve alta acumulada de 21,75%.

'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência', afirmou o superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza.

O superintendente comentou que de outubro do ano passado a este mês, o preço cobrado pela Petrobras nas refinarias alcançou 46%, enquanto a atualização no valor de referência ficou em 31% - 15 pontos percentuais a menos.

Crítica

Na semana passada, o ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ACM Neto, criticou a tributação dos combustíveis no estado. 'Toda hora é um aumento de **ICMS**. Todos os fatores internacionais que contribuem (para o aumento) se somam aos fatores locais, e a questão do **ICMS** é decisiva. É um dos tributos que mais oneram o combustível no Brasil', afirmou ACM Neto.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz

ICMS cobrado sobre os combustíveis na Bahia não acarretam rajusties nos combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Carol Garcia/GOVBA

O **ICMS** cobrado sobre os combustíveis na Bahia não acarretam os rajusties de combustíveis, conforme explicação da Secretaria da Fazenda do Estado. Em nota, a pasta explicou que no começo do mês foi alterado apenas o valor de referência. A alíquota é a mesma há quatro anos. No diesel S10, a última atualização do valor de referência ocorreu em fevereiro. De lá para cá, continua a Sefaz, o combustível teve alta acumulada de 21,75%.

'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência', afirmou o

superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza.

O superintendente comentou que de outubro do ano passado a este mês, o preço cobrado pela Petrobras nas refinarias alcançou 46%, enquanto a atualização no valor de referência ficou em 31% - 15 pontos percentuais a menos.

Crítica

Na semana passada, o ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, ACM Neto, criticou a tributação dos combustíveis no estado. 'Toda hora é um aumento de **ICMS**. Todos os fatores internacionais que contribuem (para o aumento) se somam aos fatores locais, e a questão do **ICMS** é decisiva. É um dos tributos que mais oneram o combustível no Brasil', afirmou ACM Neto.

Muito abaixo da necessidade, diz Rui sobre decisão da Anvisa de limitar uso da Sputnik V

Bahia tem 2.531 novos casos de Covid-19 em 24h e mais 97 mortes pela doença

Bahia tem crescimento no **PIB** no primeiro trimestre de 2021

Bahia tem mesmo ICMS no combustível há 4 anos, diz Sefaz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O aumento no preço dos combustíveis tem impactado a renda do trabalhador, e desde outubro de 2020 até o mês de maio deste ano, a Petrobras já realizou sete reajustes nos preços. Diante da variação do valor do combustível, o **Governo do Estado**, neste período, fez apenas duas atualizações sobre o valor de referência para cobrança do **ICMS** sobre combustíveis e não aumentou a alíquota. O valor de referência reflete o preço que o consumidor paga nos postos de combustíveis.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, o **Governo da Bahia** mantém a mesma alíquota do **ICMS** para combustíveis há quatro anos. O que ocorreu no último dia 1º foi a atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Estes valores adequam a cobrança do **ICMS** aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

A Petrobras mudou a política de preços e vem seguindo

o mercado internacional, o que resultou, nos últimos meses, em significativo aumento no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na **refinaria** e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Já o preço base utilizado pelo **Governo do Estado** teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Dessa forma, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Tal cenário evidencia que não há correlação entre os valores de referência para cobrança do **ICMS** sobre os combustíveis e os sucessivos reajustes praticados pelos postos na Bahia.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza, lembra que o valor do combustível na bomba não é definido pela gestão estadual. 'O estado da Bahia não fez alteração da alíquota dos combustíveis há vários anos. Já o preço da mercadoria tem variação de acordo com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos'.

O superintendente ainda acrescenta que o ajuste feito pelo **Governo do Estado** segue pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). 'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência'.

Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Informação falsa

Nas últimas semanas circularam informações afirmando que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de **ICMS** sobre combustíveis entre os demais estados. A informação falsa não encontra parâmetro de validação na realidade do estado.

Prova disso é que mesmo a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram inclusive ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/06/2021	



Governo da Bahia mantém mesma alíquota de cobrança de ICMS sobre preço de combustíveis há quatro anos

7 junho 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

O aumento no preço dos combustíveis tem impactado a renda do trabalhador, e desde outubro de 2020 até o mês de maio deste ano, a Petrobras já realizou sete reajustes nos preços. Diante da variação do valor do combustível, o Governo do Estado, neste período, fez apenas duas atualizações sobre o valor de referência para cobrança do ICMS sobre combustíveis e não aumentou a alíquota. O valor de referência reflete o preço que o consumidor paga nos postos de combustíveis.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, o Governo da Bahia mantém a mesma alíquota do ICMS para combustíveis há quatro anos. O que ocorreu no último dia 1º foi a atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Estes valores adequam a cobrança do ICMS aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

A Petrobras mudou a política de preços e vem seguindo o mercado internacional, o que resultou, nos últimos meses, em significativo aumento no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na refinaria e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Já o preço base utilizado pelo Governo do Estado teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Dessa forma, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Tal cenário evidencia que não há correlação entre os valores de referência para cobrança do ICMS sobre os combustíveis e os sucessivos reajustes praticados pelos postos na Bahia.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza, lembra que o valor do combustível na bomba não é definido pela gestão estadual. “O estado da Bahia não fez alteração da alíquota dos combustíveis há vários anos. Já o preço da mercadoria tem variação de acordo com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos”.

O superintendente ainda acrescenta que o ajuste feito pelo Governo do Estado segue pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). “O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao Conselho Nacional de Política Fazendária o ajuste do preço de referência”.

Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Informação falsa

Nas últimas semanas circularam informações afirmando que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de ICMS sobre combustíveis entre os demais estados. A informação falsa não encontra parâmetro de validação na realidade do estado.

Prova disso é que mesmo a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram inclusive ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

Repórter: Jairo Gonçalves

Governo da Bahia mantém mesma alíquota de cobrança de ICMS sobre preço de combustíveis há quatro anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O aumento no preço dos combustíveis tem impactado a renda do trabalhador, e desde outubro de 2020 até o mês de maio deste ano, a Petrobras já realizou sete reajustes nos preços. Diante da variação do valor do combustível, o **Governo do Estado**, neste período, fez apenas duas atualizações sobre o valor de referência para cobrança do **ICMS** sobre combustíveis e não aumentou a alíquota. O valor de referência reflete o preço que o consumidor paga nos postos de combustíveis.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, o **Governo da Bahia** mantém a mesma alíquota do **ICMS** para combustíveis há quatro anos. O que ocorreu no último dia 1º foi a atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Estes valores adequam a cobrança do **ICMS** aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

A Petrobras mudou a política de preços e vem seguindo o mercado internacional, o que resultou, nos últimos meses, em significativo aumento no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na **refinaria** e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Já o preço base utilizado pelo **Governo do Estado** teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Dessa forma, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Tal cenário evidencia que não há correlação entre os valores de referência para cobrança do **ICMS** sobre os combustíveis e os sucessivos reajustes praticados pelos postos na Bahia.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza, lembra que o valor do combustível na bomba não é definido pela gestão estadual. 'O estado da Bahia não fez alteração da alíquota dos combustíveis há vários anos. Já o preço da mercadoria tem variação de acordo com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos'.

O superintendente ainda acrescenta que o ajuste feito pelo **Governo do Estado** segue pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). 'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a

pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência'.

Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Informação falsa

Nas últimas semanas circularam informações afirmando que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de **ICMS** sobre combustíveis entre os demais estados. A informação falsa não encontra parâmetro de validação na realidade do estado.

Prova disso é que mesmo a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram inclusive ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz

Governo da Bahia mantém mesma alíquota de cobrança de ICMS sobre preço de combustíveis há quatro anos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Facebook

Twitter

Pinterest

WhatsApp

O aumento no preço dos combustíveis tem impactado a renda do trabalhador, e desde outubro de 2020 até o mês de maio deste ano, a Petrobras já realizou sete reajustes nos preços. Diante da variação do valor do combustível, o **Governo do Estado**, neste período, fez apenas duas atualizações sobre o valor de referência

para cobrança do **ICMS** sobre combustíveis e não aumentou a alíquota. O valor de referência reflete o preço que o consumidor paga nos postos de combustíveis.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, o **Governo da Bahia** mantém a mesma alíquota do **ICMS** para combustíveis há quatro anos. O que ocorreu no último dia 1? foi a atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Estes valores adequam a cobrança do **ICMS** aos preços reais de mercado, praticados nas bombas.

A Petrobras mudou a política de preços e vem seguindo o mercado internacional, o que resultou, nos últimos meses, em significativo aumento no valor dos combustíveis tanto nas refinarias como nos postos. Entre os meses de outubro de 2020 a maio de 2021, o reajuste foi de 46% na **refinaria** e, de acordo com pesquisa feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), os postos acompanharam o mesmo percentual de reajuste.

Já o preço base utilizado pelo **Governo do Estado** teve ajuste de 31%, ou seja, 15 pontos percentuais abaixo do reajuste praticado por refinarias e postos. Dessa forma, o valor de referência cobrado na Bahia ainda está abaixo do que é praticado pelo mercado atualmente. Tal cenário evidencia que não há correlação entre os valores de referência para cobrança do **ICMS** sobre os combustíveis e os sucessivos reajustes praticados pelos postos na Bahia.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, José Luís Souza, lembra que o valor do combustível na bomba não é definido pela gestão estadual. 'O estado da Bahia não fez alteração da alíquota dos combustíveis há vários anos. Já o preço da mercadoria tem variação de acordo com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos'.

O superintendente ainda acrescenta que o ajuste feito pelo **Governo do Estado** segue pesquisa realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). 'O valor de referência levado em conta pelo estado não é automático. Para fazer o ajuste é necessário aguardar a pesquisa da ANP que estabelece o valor médio cobrado em todo o estado. Com base nessa informação o estado solicita ao **Conselho Nacional de Política Fazendária** o ajuste do preço de referência'.

Atualmente, a Bahia ocupa o 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre o valor da gasolina.

Informação falsa

Nas últimas semanas circularam informações afirmando que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de **ICMS** sobre combustíveis entre os demais estados. A informação falsa não encontra parâmetro de validação na realidade do estado.

Prova disso é que mesmo a última atualização dos preços referenciais para o diesel S10 tendo ocorrido em 1º de fevereiro, os postos seguiram reajustando o combustível nos últimos meses em percentuais expressivos, totalizando um aumento de 21,75%.

Os reajustes ocorreram inclusive ao longo dos meses de março e abril, a despeito da desoneração de impostos federais sobre o diesel neste período, promovida pela União como forma de compensar os aumentos nas refinarias.

Fonte: Portal GOV BA (Repórter: Jairo Gonçalves)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS, Confaz

Sandro Régis afirma que 'o governo tem adotado uma política de aumentos sucessivos do ICMS'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em novo encontro realizado pelo presidente nacional do Democratas e ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, para discutir a pandemia, o cenário político e econômico da Bahia e do Brasil, o deputado Sandro Régis (DEM) afirmou que 'o governo tem adotado uma política de aumentos sucessivos do **ICMS**, o que prejudica o setor produtivo e, conseqüentemente, a geração de empregos'.

Além disso, o parlamentar trouxe à tona dados do IBGE pontuando que a Bahia alcançou recentemente a marca recorde de 21,3% de **desemprego** e é também o estado com maior número de pessoas extremamente pobres. De acordo com ele, a bancada vai 'continuar debatendo exaustivamente o problema para propor soluções', pontuou.

Outros tema debatido no encontro foi a eleição do

próximo ano e o movimento 'Pela Bahia', que tem o objetivo de promover encontros em todo o estado para discutir os problemas, pensar soluções e encontrar novas potencialidades para o desenvolvimento dos baianos. 'Nosso grupo político, sob a liderança de ACM Neto, está debruçado sobre os problemas do nosso estado, de forma a apresentar no próximo ano um projeto que seja capaz de resolvê-los', acrescentou Régis.

Também participaram da reunião os deputados Pedro Tavares, Luciano Simões Filho e Tom Araújo, todos do Democratas; e Carlos Geilson e Tiago Correia, ambos do PSDB. Além dos deputados, o encontro contou também com a participação do ex-prefeito de Feira de Santana José Ronaldo de Carvalho e do ex-deputado Luciano Ribeiro, ambos do Democratas.

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Desemprego | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/06/2021	



Preço da Hora Bahia ajuda a encontrar os melhores preços do Dia dos Namorados 7 junho 2021



O Dia dos Namorados está chegando e muitos deixaram para comprar o presente do parceiro de última hora. Para quem ainda está em busca do artigo ideal e também quer encontrar as melhores promoções para preparar uma refeição especial para celebrar a data, o aplicativo Preço da Hora Bahia pode ser um grande aliado. Com uma busca simples, é possível consultar os preços de mais de 500 mil itens comercializados em toda a Bahia, com base nas notas fiscais eletrônicas. O aplicativo pode ser baixado na Apple Store e no Play Store e acessado também no site precodahora.ba.gov.br.

Na página inicial do aplicativo, é só digitar o produto desejado na barra de pesquisa para comparar os preços praticados para este item, ou realizar a pesquisa com o código de barras. O Usuário também pode ordenar a busca pelo menor ou maior preço, pela venda mais recente ou mais antiga, ou pelo estabelecimento mais próximo ou mais distante. Também é possível filtrar a pesquisa por estabelecimento, raio de quilômetro ou por horas desde a última venda.

Caso o consumidor queira presentear a pessoa amada com um smartphone, por exemplo, basta digitar o nome do modelo desejado para encontrar os preços praticados, verificar em quais estabelecimentos está disponível e visualizar o telefone e a rota para chegar até o local. Para quem deseja preparar um jantar especial, também há a opção de criar uma lista de compras com até 40 itens e encontrar os cinco melhores preços destes produtos de uma única vez.

“Com o Preço da Hora Bahia, o usuário economiza tempo e dinheiro, e já sai de casa para fazer a compra mais barata”, ressalta o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o Preço da Hora Bahia traz uma série de outras funcionalidades. O aplicativo possui canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, a possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

A mais nova versão do aplicativo trouxe mais uma novidade. Agora é possível criar uma lista de grupos com os estabelecimentos comerciais favoritos do usuário. Assim, o usuário pode pesquisar os preços de produtos em locais já frequentados ou próximos de casa ou do trabalho, como mercados, postos de gasolina, farmácias, entre outros. O usuário pode ainda utilizar as suas listas de compras para serem processadas sempre nos estabelecimentos favoritos. O Preço da Hora Bahia já conta com mais de 430 mil downloads de usuários em toda a Bahia.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/06/2021	



Governo arrecada R\$ 4,3 milhões com leilão de bens públicos

7 junho 2021



Foto: Divulgação/Saeb

O Governo do Estado arrecadou R\$ 4,3 milhões com o Leilão 02/2021, realizado pela Secretaria da Administração (Saeb), na última sexta-feira (4). Do total de 177 lotes do certame, 168 foram arrematados. Entre os bens públicos leiloados estão veículos, móveis, material de informática, itens eletrônicos, componentes do trem do subúrbio, dentre outros. A receita obtida será recolhida ao Tesouro do Estado.

O leiloeiro oficial Oscar de Menezes Palmeira foi designado para comandar o certame. A sessão pública foi realizada de forma eletrônica, por meio do [site](#), como forma de prevenção à Covid-19. O leilão registrou 190 participantes (pessoas físicas e jurídicas).

Os lances do leilão puderam ser feitos de forma antecipada. Os participantes fizeram ofertas com prazo de até 10 dias antes da sessão pública, sem prejuízo das ofertas posteriores, feitas no dia e horário marcados para o início do certame. Os licitantes vencedores foram aqueles que oferecerem maior lance ou oferta.

Composto por motores, compressores, bobinas e outros itens, o lote número 17, integrante da parte 4 do Leilão, foi arrematado R\$ 638 mil, maior valor do certame. Também foram arrematados 11 vagões pertencentes ao trem do subúrbio, além de 105 lotes de veículos diversos como automóveis, utilitários, caminhões e motocicletas. Os itens leiloados são bens que não estavam mais sendo usados pelos órgãos públicos ou que atingiram o limite máximo de tempo de uso, conforme estabelece a legislação.

Fonte: Ascom/Saeb

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

FINANCIAMENTO Nos cinco primeiros meses deste ano, a Caixa Econômica Federal celebrou 240,6 mil novos contratos, no valor total de R\$ 52,4 bilhões

Crédito imobiliário registra crescimento de 41% em 2021

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal disse ontem que atingiu, entre os meses de janeiro a maio de 2021, R\$ 52,4 bilhões em concessão de crédito imobiliário, um crescimento de 41,4% em relação ao mesmo período de 2020. Nos cinco primeiros meses do ano, o banco celebrou 240,6 mil novos contratos e mais de 962 mil de pessoas com casa nova. De acordo com o banco, a carteira de crédito imobiliário do banco alcançou R\$ 523,1 bilhões em maio, com 5,76 milhões de contratos.

Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, os números apontam para um resultado expressivo no segmento de financiamento, no qual a Caixa desponta como líder. Atualmente, o banco tem 68% de participação no mercado imobiliário.

“Foram R\$ 52,4 bilhões já contratados nos cinco primeiros meses de 2021 e vamos para R\$ 130 bilhões de crédito imobiliário em 2021. No ano passado atingimos R\$ 116 bilhões, o que já foi um recorde. Então, este ano vamos passar 2020, que já tinha sido um recorde histórico da Caixa Econômica, reforçando a nossa atuação no crédito imobiliário”, disse Guimarães durante live com jornalistas para falar dos resultados do banco.

Recursos próprios

Guimarães disse ainda que do montante de R\$ 52,4 bilhões para financiamento, as contratações com recursos próprios, da poupança, totalizaram R\$ 29,6 bilhões, um crescimento de 112% em relação ao período de janeiro a maio de 2020. Na comparação com o mesmo período de 2018, quando o banco disponibilizou R\$ 3,8 bilhões para a modalidade de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com aumento de 678,9%.

De acordo com Guimarães, a orientação do banco no segmento de financia-



Rafael Martins / Ag A TARDE

Atualmente, a Caixa Econômica tem 68% de participação no mercado imobiliário

mento imobiliário é de aumentar os contratos pelo SBPE, ou seja, com recursos próprios, atendendo à faixa de renda da classe média. Ainda de acordo com o presidente da Caixa, o banco continuará atuando em outros segmentos, como o do Minha Casa, Minha Vida, no qual o banco é responsável por 99% dos contratos.

“Nesta gestão entendemos que é o papel da Caixa, como banco da habitação, ser o líder para baixa renda que é fundamental, mas também na classe média. Isso gera emprego, gera resultado recorde para a Caixa Econômica Federal. Entendemos que é uma estratégia acertada (porque) ano após ano temos crescido e vamos crescer ano que vem”, afirmou.

Guimarães também falou sobre a nova linha de financiamento do banco, batizada de Poupança Caixa, que foi lançada em março. Segundo ele, a modalidade representou mais de 40% de todas as contratações imobiliárias do banco com recursos do SBPE, em maio. O financiamento possui taxas a partir de 3,35% ao ano, somadas à

remuneração da poupança. O saldo devedor é atualizado mensalmente pela TR.

Além da nova modalidade de financiamento, a Caixa também divulgou, ontem, novas alternativas para o pagamento das prestações da casa própria. Agora, os mutuários que estão com dificuldades têm a possibilidade de reduzir a parcela do financiamento em 25% por até seis meses ou até 75% em até três meses. Para isso, é preciso apresentar uma autodeclaração de perda de renda que justifique a redução parcial das parcelas.

Os valores não pagos du-

rante a vigência da negociação por pausa ou pagamento parcial, de acordo com o percentual escolhido, serão incorporados ao saldo devedor do contrato e diluídos no prazo remanescente.

Também há a possibilidade de suspensão do pagamento por até seis meses. Esta modalidade será autorizada apenas para os beneficiários do auxílio emergencial de 2021 ou para os mutuários que estejam recebendo o seguro-desemprego. A solicitação para pagamento parcial ou pausa do pagamento pode ser feita pelo aplicativo Habitação Caixa.

Feirão digital

O banco ainda anunciou o 1º Feirão Digital Caixa da Casa Própria nos próximos dias 25 de junho a 4 julho, quando serão ofertados cerca de 180 mil imóveis em todo o país. Em razão da pandemia de Covid-19, o leilão será realizado na modalidade virtual, pela página do feirão. No site, será possível realizar a simulação do financiamento e também receber atendimento dos correspondentes do banco via chat.

A Caixa divulgou ontem novas alternativas para o pagamento das prestações da casa própria

PANDEMIA

Nº de usuários de planos de saúde sobe mais de 1 milhão

LÉO RODRIGUES

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Os planos de saúde médico-hospitalares registraram, entre abril de 2020 e abril de 2021, um incremento de 1,05 milhão no total de usuários no país. Trata-se de um avanço de 2,2% no período.

Com esse crescimento, o Brasil alcançou 48,1 milhões de usuários. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é o maior número registrado desde julho de 2016. Atualmente, 737 operadoras estão em atividade e cerca de 19 mil planos estão ativos.

Os dados constam em informe da ANS divulgado ontem, com os números do setor relativos à abril. As informações completas também estão disponíveis na sala de situação, ferramenta de consulta atrelada ao portal da instituição.

TRIBUTAÇÃO

ICMS para combustíveis é mantido há 4 anos, diz governo

DA REDAÇÃO

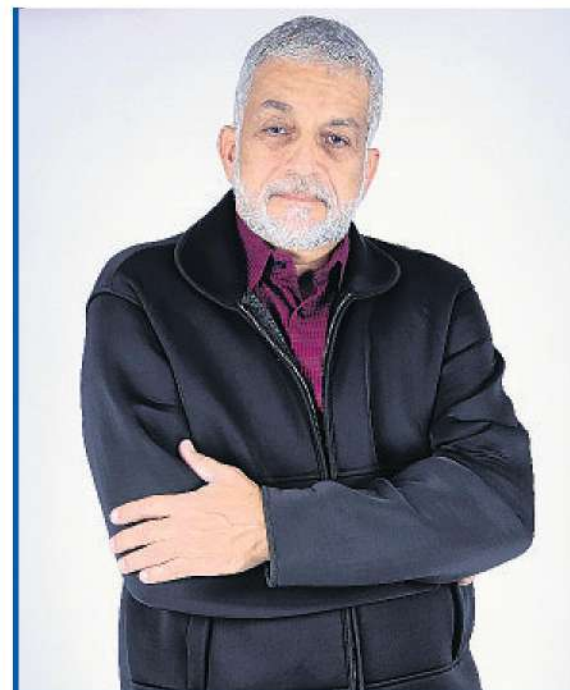
Em meio ao aumento no preço dos combustíveis e a circulação de informações que afirmam que na Bahia são registrados os maiores valores de cobrança de ICMS sobre combustíveis entre os demais estados, o governo estadual esclareceu, ontem, que mantém a mesma alíquota do ICMS para combustíveis há quatro anos.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, no último dia 1º ocorreu apenas uma atualização dos valores de referência para cobrança do imposto. Tais valores adéquam a cobrança do ICMS aos preços reais de mercado, praticados nas bombas. Com o acompanhamento do mercado internacional, a Petrobras registrou, nos últimos meses, sete altas.

LEIA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE



Tudo começou com um sonho



Tâmara Gouveia / Divulgação

JOSÉ DIONÍSIO NETO

Engenheiro e fundador da Audium

O áudio entrou na minha vida quando eu tinha 12 anos. Era início da década de 1970, e bons equipamentos de áudio eram para os mais abastados. Meu pai gostava de boa música, sempre trazia as novidades da época, e eu acabei me apaixonando por aquele universo incrível. Montei amplificadores, fabriquei caixas acústicas, fiz gravações em k7, instalei sistemas, mas queria aprender mais e assim ingressei na Faculdade de Engenharia Elétrica.

A engenharia de áudio era muito incipiente e o acesso às publicações técnicas era limitado no Brasil. Eu tinha o firme propósito de projetar e instalar sistemas de áudio com engenharia e em abril de 1991 fundei a Audium. O que nasceu como uma empresa de engenharia de áudio, dois anos depois viu nascer a divisão de acústica da empresa.

Ao longo dessas três décadas testemunhamos o desenvolvimento tecnológico do mercado e a expertise adquirida pelas empresas nacionais. Há 25 anos, o Brasil tinha apenas três marcas de material acústico e, ainda assim, com limitação de cores, formas, tamanhos, etc. As opções de equipamentos profissionais de áudio e materiais acústicos eram muito escassas. Atualmente o mercado brasileiro de áudio e acústica possui uma diversidade enorme de equipamentos e materiais que associam técnica com funcionalidade e estética, que permitem criar soluções inovadoras.

O desenvolvimento da acústica no Brasil trouxe o conceito de conforto sonoro, que passou a integrar projetos de empreendimentos diversos: desde escolas até bares e restaurantes; de quartos de hotel a salas de espetáculos e teatros. Passou ainda a fazer parte da exigência do próprio público, que sabe o quanto faz diferença conseguir conversar com alguém num ambiente cheio de gente e, mesmo assim, não precisar aumentar o tom de voz.

Essa é uma tendência mundial. Sabemos disso porque hoje a Audium assina projetos na Bahia e no Brasil. A empresa desenvolveu projetos de áudio e/ou acústica para locais como Museu do Futebol (SP), Museu do Amanhã (RJ), Hard Rock Café (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Gramado), Shopping Rio Mar (CE e PE), Casa do Carnaval e Casa do Rio Vermelho (BA). O próximo grande projeto a ser entregue é o do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. A Audium também já trilha carreira internacional e está presente em Angola, México, Portugal e nos Emirados Árabes, onde fez o projeto de acústica do pavilhão do Brasil na Expo Dubai.

Hoje, 30 anos depois, tenho orgulho da nossa empresa genuinamente baiana e com uma equipe fantástica de profissionais, nosso maior patrimônio. Somos quatro sócios: José Neto, Débora Barretto, Cinthia Pedrosa e Marco Antônio Almeida. Seguimos buscando a inovação e a propagação do conhecimento.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

ENCONTRO

ACM Neto debate cenário nacional com deputados

DA REDAÇÃO

O presidente nacional do Democratas, ACM Neto, se reuniu ontem com deputados para discutir o cenário político e econômico da Bahia e do Brasil, além das eleições do próximo ano e da situação da pandemia. O encontro, realizado no escritório político de ACM Neto, contou ainda com a participação do ex-prefeito de Feira de Santana José Ronaldo de Carvalho e do ex-deputado Luciano Ribeiro, ambos do Democratas.

Entre os deputados estaduais estavam Sandro Régis, Pedro Tavares, Luciano Simões Filho e Tom Araújo, todos do Democratas; e Carlos Geilson e Tiago Correia, ambos do PSDB. Outro tema na pauta da reunião foi o movimento 'Pela Bahia', lançado recentemente por ACM Neto com o objetivo de promover encontros em todo o estado para discutir os problemas, pensar soluções e

encontrar novas potencialidades para o desenvolvimento dos baianos.

“Falamos um pouco sobre pandemia, eleições e sobre o nosso cenário político e econômico atual, focando principalmente na Bahia. Nosso grupo político, sob a liderança de ACM Neto, está debruçado sobre os problemas do nosso estado, de forma a apresentar no próximo ano um projeto que seja capaz de resolvê-los”, disse Régis.

“A Bahia alcançou recentemente a marca recorde de 21,3% de desemprego, segundo o IBGE, e é também o estado com maior número de pessoas extremamente pobres. Além disso, o governo tem adotado uma política de aumentos sucessivos do ICMS, o que prejudica o setor produtivo e, consequentemente, a geração de empregos. Vamos continuar debatendo exaustivamente estes problemas para propor soluções”, acrescentou Régis.

INFLUENZA Com baixa adesão também na capital (32%), especialistas e gestores pedem adesão da população

Vacinação atinge apenas 28,2% do público-alvo na BA

BRUNO BRITO*

Com baixa adesão na Bahia e em Salvador, a vacinação contra a influenza atingiu apenas 28,2% de seu público-alvo no estado, e 32% na capital. Dessa forma, o pedido de especialistas e gestores é para que a população reconheça a importância da vacinação para evitar a contaminação e uma demanda maior por serviços de saúde.

A vacina, que protege contra três cepas: o vírus influenza A (H1N1), H3N2 e a cepa B, já teve 1.448.758 doses aplicadas no estado, segundo o Painel Influenza do Ministério da Saúde. No entanto, o público-alvo é de 5,1 milhões de pessoas até 9 de julho, data prevista para o fim da campanha. Até o momento, cerca de 3,9 milhões de doses já foram distribuídas para a Bahia.

De acordo com a coordenadora Estadual de Imuni-

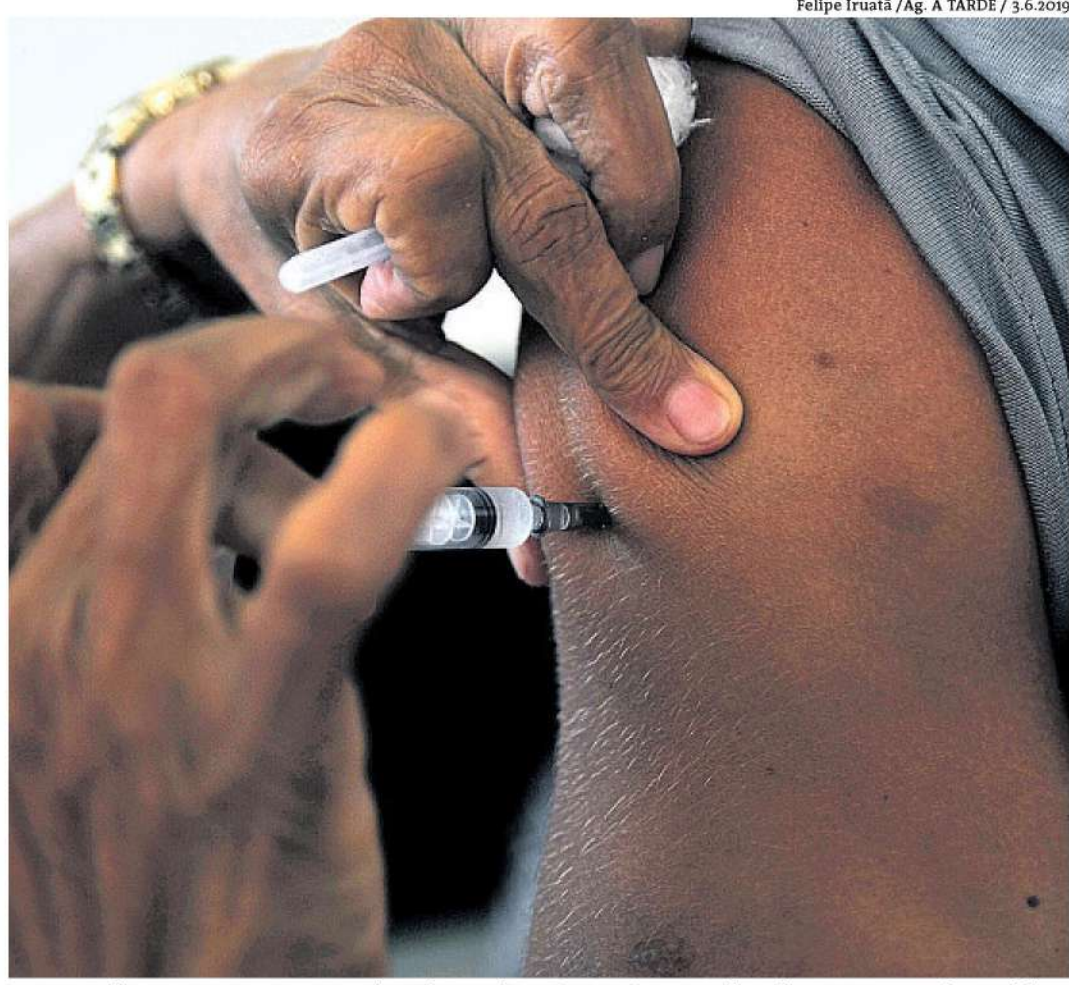
zações (Divep/Sesab), Vânia Rebouças, a meta é vacinar, pelo menos, 90% do público elegível para a campanha. No entanto, ela chamou atenção para a necessidade de um intervalo mínimo de 14 dias, entre o recebimento da Influenza, para a vacinação contra a Covid-19. "A recomendação é priorizar a vacina contra a Covid, por conta da pandemia, e após 14 dias, ser vacinado contra a influenza".

Já em Salvador, segundo a subcoordenadora de imunização da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Doiane Lemos, a cobertura vacinal atual é de 32%, com cerca de 233 mil soteropolitanos dos grupos elegíveis já vacinados. "A meta é vacinar 90%, estamos disponibilizando 109 salas de vacinação, sem misturar com os pontos de vacinação de Covid-19. É importante destacar que, estar vacinado contra a Influenza,

significa não ser acometido por uma doença que também tem característica de ser transmitida por vírus, e que tem potencial, não podemos subestimar", disse.

A campanha de imunização contra a gripe, no entanto, foi dividida em três etapas. Na primeira, as crianças com idades entre 6 meses a 6 anos, gestantes, puérperas, povos indígenas e trabalhadores da saúde foram contemplados. Já na segunda, que se encerra hoje, estão sendo vacinados, também, idosos a partir de 60 anos e professores.

Já na terceira e última etapa, que se inicia amanhã, serão imunizadas também, pessoas com comorbidades, com deficiência permanente, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo, rodoviário, metroviário, portuários, forças de segurança e salvamento. Além de profissionais das Forças



De acordo com a SMS, 109 salas de vacinação estão atendendo os grupos inseridos

Armadas, funcionários do sistema prisional e a população privada de liberdade, além de jovens em medidas socioeducativas.

De acordo com a SMS, 109 salas de vacinação estão atendendo os grupos inseridos na iniciativa, e a lista dos locais está disponibilizada no site: www.saude.salvador.ba.gov.br.

vador.ba.gov.br.

Conforme explicou a pneumologista Silvia Seligmann, do Hospital Córdio Pulmonar, as duas doenças possuem quadros semelhantes, fator que contribui com um aumento de atendimentos. "A vacinação contra a gripe deve diminuir a necessidade de consultas

por sintomas respiratórios, e ainda pode proteger de coinfecção por ambos os vírus. As crianças são grupo prioritário de vacinação contra influenza e pode evitar confusões diagnósticas", explicou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

ATENDIMENTO

Programa acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade



RODRIGO TARDIO

O alto número de pessoas em situação de vulnerabilidade em Salvador, sobretudo após as consequências da pandemia, motivou uma série de ações. As chamadas 'abordagens sociais' são feitas pelas equipes da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte

e Lazer (Sempre) para acolher as pessoas que vivem em situação de rua.

Por meio da operação 'Toque de Acolher', a Sempre já encaminhou 529 pessoas às 16 Unidades de Acolhimento Institucional. No total, são oferecidas 950 vagas. "Existem pessoas que, por uso de substâncias, não aceitam esse acolhimento, porém nossas equipes continuam para a possibilidade de um novo chamamento", afirmou a diretora de Proteção Social Especial da Sempre, Kelly Moraes, que foi entrevistada, on-

tem, do programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM.

"Aqui é feito o resgate social e técnico, com apoio de assistentes sociais e psicólogos. É tirada documentação e, a depender do caso, a reinserção familiar. Geralmente ficam alguns meses, mas existem pessoas que estão há anos conosco", relatou.

No Centro Dia, atualmente, são 473 usuários cadastrados, que recebem cesta básica e fraldas. Em parceria com o Senac, são oferecidos cursos de corte e costura, cabeleireiro e alimentação.

CURUZU

Ato exige celeridade em apuração sobre mortes de duas mulheres

LEO MOREIRA

Familiares e amigos das vítimas anunciaram uma manifestação, na tarde de hoje, para exigir celeridade nas investigações sobre as mortes de Viviane Soares, 32 anos, e Maria Célia Santana, 69 anos, na noite da última sexta-feira, no Curuzu. O ato está previsto para começar, às 17h30, na rua Pinhais, local onde as vítimas foram assassinadas.

Três testemunhas já prestaram depoimento sobre o caso. Segundo relatos de al-

guns moradores, estavam na porta de uma residência, na rua da Contenda, quando policiais militares da operação Apollo chegaram na localidade atirando.

Já conforme as informações apresentadas pela guarnição, a equipe teria ido verificar uma denúncia de veículo com restrição de roubo, mas o suspeito, que estava dentro de um veículo, tentou fugir e atirou.

Ainda segundo os relatos da polícia, houve revide. No entanto, as duas vítimas foram encontradas atingidas e

levadas pelos policiais para o Hospital Ernesto Simões, no Pau Miúdo. Além das três testemunhas, três policiais militares envolvidos também foram ouvidos pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. "Nosso objetivo é apurar com rigor e clareza o que aconteceu e responsabilizar os culpados. Nada ficará sem esclarecimentos, pois não compactuamos com excessos. Polícia pode ser eficiente sem ser violenta", afirmou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino.

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Valdete Pereira de Magalhães Alves faleceu em residência, 96 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Maria Raimunda Ferreira de Assi faleceu no Hospital de Campanha de Itapuã, 61 anos, casada, natural de Maragogipe-BA

Robério Reis Motta faleceu em residência, 35 anos, solteiro, natural de Maragogipe-BA

Irineu de Almeida Souza faleceu em residência, 72 anos, casado, natural de Antônio Cardoso-BA

Mário Alves Costa faleceu no Hospital da

Cidade, 85 anos, casado, natural de Salvador-BA

Maria dos Anjos Ferreira Lago faleceu em residência, 85 anos, viúva, natural de Santo Antônio de Jesus-BA

Robson Oliveira Pereira faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 43 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Silvana Maria Dias Barreto faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 61 anos, casada, natural de Salvador-BA

Raimundo Duarte Teixeira faleceu no Hospital Aristides Maltez, 68 anos, casado, natural de Salvador-BA

Teresa Maria Macedo de Góes faleceu no Hospital Santo Antônio, 77 anos, viúva, natural de Estância-SE

Romeu Borges faleceu no Hospital Português, 80 anos, casado, natural de Itabuna-BA

CAMPO SANTO

Cecília Souza Santos faleceu na UPA - Barris, 82 anos, natural de Alagoinhas-BA

Cecília Zulmira de Araújo Cezar faleceu no Hospital Jorge Valente, 96 anos, natural de São Francisco do Conde-BA

Luiz Barbosa dos Santos faleceu no Hospital

Municipal de Salvador, 52 anos, natural de Salvador-BA

Antônio Carlos Bispo faleceu no Hospital Espanhol, 57 anos, natural de Itaparica-BA

Ana Elisa Ferreira faleceu em residência, 55 anos, natural de Salvador-BA

Ednorah Maria Santos de Sant'Ana faleceu no Hospital Aeroporto, 80 anos, natural de Salvador-BA

Júlio Almeida Nascimento de Jesus faleceu no Hospital Aristides Maltez, 67 anos, natural de Santo Amaro-BA

Maria José Pedreira faleceu em residência, 98 anos, natural de Salvador-BA

Edson Bastos Marques faleceu no 16º Centro de Saúde, 71 anos, natural de Salvador-BA

Maria Rosa Alves faleceu no Hospital Geral Roberto Santos, 75 anos, natural de Paramirim-BA

Adair Maria Ribeiro faleceu no Instituto Couto Maia, 85 anos, natural de Santa Inês-BA

Antonieta Anunciação dos Anjos faleceu na Cedeba, 71 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Ian Iago Aguiar Gramacho Matos faleceu no Hospital Geral Ernesto Simões Filho, 28 anos, solteiro, motorista, natural de Salvador-BA

Paulo Magalhães Bittencourt faleceu em residência, 87 anos, casado, médico, natural de Jequié-BA

Antônio Carlos Martinelli Braga faleceu no Hospital Córdio Pulmonar, 93 anos, viúvo, advogado, natural de Salvador-BA

Roberto Sarmento Dória faleceu no Heom Salvador, 53 anos, casado, comerciante, natural de Salvador-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE 24° 28°

SALVADOR AMANHÃ 23° 28°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital é de poucas nuvens com chuva isolada.

1 REMANSO 20° 32°	2 JUAZEIRO 16° 31°	3 PAULO AFONSO 17° 31°	4 FORMOSA DO RIO PRETO 19° 31°	5 IRECI 19° 32°	6 JACOBINA 16° 28°	7 FEIRA DE SANTANA 20° 28°	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES 18° 29°	9 BARREIRAS 18° 32°	10 BOM JESUS DA LAPA 18° 32°	11 VITÓRIA DA CONQUISTA 16° 28°	12 ILHÉUS 20° 27°	13 PORTO SEGURO 19° 28°	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA 18° 30°
-------------------	--------------------	------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------------	----------------------------	----------------------------------	---------------------	------------------------------	---------------------------------	-------------------	-------------------------	-----------------------------------

HOJE	AMANHÃ	QUINTA-FEIRA	TEMPERATURAS
Alta 02h28 2,2m	Alta 03h01 2,3m	Alta 03h34 2,3m	Brasil Min. Máx.
Baixa 08h32 0,5m	Baixa 09h07 0,4m	Baixa 09h43 0,4m	Brasília 12° 27°
Alta 14h48 2,3m	Alta 15h25 2,3m	Alta 16h02 2,2m	Rio 18° 27°
Baixa 20h46 0,5m	Baixa 21h18 0,5m	Baixa 21h51 0,5m	Curitiba 12° 17°
			Natal 24° 30°

Mundo	Min.	Máx.
Bogotá	11°	18°
Barcelona	18°	24°
Moscou	15°	22°
Luanda	23°	30°

MINGUANTE ATÉ AMANHÃ NOVA 10 A 17/6 CRESCENTE 18 A 23/6 CHEIA 24 A 30/6 NASCENTE 5h52 POENTE 17h16

SOL SOL E NUVENS SOL E CHUVA NUBIADO CHUVA CHUVA FORTE

Salvador lidera geração de empregos entre capitais do NE

QUADRIMESTRE Mesmo com a pandemia, Salvador criou 12.275 empregos no período de janeiro a abril deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia. Os dados do trimestre colocam Salvador em primeiro lugar na criação de empregos formais entre as capitais do Nordeste, à frente da segunda colocada Fortaleza (CE), com 7.404 postos criados no mesmo período.

Os números mostram que a capital baiana recuperou os 7.075 empregos perdidos durante todo o ano de 2020 e avançou com 5.200 novos postos criados. Apenas no mês de abril, foram gerados 1.658 empregos formais.

O destaque foi para o setor de serviços, com a criação de 9.155 empregos formais, sendo o segmento de Saúde Humana e Serviços Sociais o que mais contribuiu para esse resultado, com a criação de 5.336 postos formais. O cenário reflete a demanda gerada pela pandemia e pela chegada de grandes redes de

saúde à capital.

O segundo segmento que mais contribuiu para estes números positivos foi o da Construção Civil, com 2.104 novos postos. Os dados do Caged mostram ainda que a criação de emprego na cidade

●● É muito importante esse desempenho, pois temos uma população que depende muito da economia reaquecida para voltar a se restabelecer. Nesse sentido, saber que temos mais empregos gerados que perdidos durante a pandemia é um alento **Mila Paes**

Secretária de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda de Salvador

de tem se mantido nos últimos nove meses, período em que surgiram 30 mil novos postos.

A secretária de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (Semdec) da Prefeitura de Salvador, Mila Paes, avalia que essa geração de empregos formais dentro de um cenário tão delicado provocado pela Covid-19 é uma mostra de que a cidade está preparada para esse processo de retomada, que já aconteceu em alguns setores e deverá alcançar os demais.

“É muito importante esse desempenho, pois temos uma população que depende muito da economia reaquecida para voltar a se restabelecer. Nesse sentido, saber que temos mais empregos gerados que perdidos durante a pandemia é um alento”, afirma a secretária. Ela ressalta ainda que a Prefeitura vai continuar desenvolvendo ações para fazer com que essa geração de empregos seja contínua e a situação econômica, de fato, avance de forma cada vez mais sólida na capital baiana.

Gov. libera uso excepcional de térmicas

CRISE HÍDRICA O governo federal publicou ontem medida que autoriza, “em caráter excepcional e temporário”, condições regulatórias diferenciadas para permitir o acionamento de usinas termelétricas sem contrato por um período de até seis meses, que poderá ser prorrogado.

A iniciativa vem em meio a uma seca histórica que tem pressionado o nível dos reservatórios das hidrelétricas, principal fonte do país, e levantado preocupações sobre a oferta de energia, segundo a CNN Brasil. São as piores chuvas já registradas na área das usinas hídricas desde 1930.

A autorização, que já havia sido sinalizada diante das condições das hidrelétricas mas teria foco apenas nas unidades a gás, foi oficializada de maneira que o suporte do setor térmico à crise hídrica fique mais amplo, convocando térmicas de outras fontes e mais caras.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0364	R\$ 5,0369
Dólar Turismo	R\$ 5,0300	R\$ 5,2070
Euro Turismo	R\$ 6,0700	R\$ 6,3500

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	130.776,37	+0,3%

POUPANÇA

08/06/2021 0,559%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,11%	6,76%
INPC/IBGE	0,28%	2,07%	7,29%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

BOLSA SEGUE COM RECORDE

Melhor sequência desde o intervalo entre 14 e 26 de fevereiro de 2018, quando enfileirou 9 ganhos seguidos, o Ibovespa estendeu ontem a atual série positiva pela 8ª sessão, seis das quais em renovação de máximas históricas

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As hesitações na crise hídrica

O Brasil avançou na energia em relação há 20 anos, quando houve o apagão de 2001. Mesmo assim, o risco de uma crise hídrica e de falta de abastecimento de energia está sobre o país neste momento. O fator complicador mais grave é a incapacidade do atual governo de gerir crises ou se antecipar a problemas. Hoje, a matriz é mais diversificada e caiu em vinte pontos percentuais a dependência da fonte hidrelétrica. A eólica, que não existia, representa 10%. A solar já é 2%.

Houve também, desde então, a construção de mais linhas de transmissão, o que não melhorou foi a capacidade de pensar o que fazer diante do estresse hídrico que tende a ficar cada vez mais frequente. O sistema ainda é garantido por um conjunto de térmicas a combustível fóssil, que são mais caras e mais sujas e estão na contramão da tendência de baixo carbono.

Em relação à crise atual, o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse, na entrevista ao GLOBO, que “tudo indica que temos o controle da situação”. A frase tem uma negação embutida. Se “tudo indica” é porque há dúvidas. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) soltou uma nota alertando

do para o risco de o país enfrentar uma crise inédita de falta de água nos reservatórios. No dia seguinte, soltou outra nota para esclarecer a primeira, em que diz o oposto. Ficou estranho.

Na nota técnica enviada à Agência Nacional de Águas, o ONS previa que oito usinas hidrelétricas instaladas no Sudeste, e que somam 10 mil megawatts, devem ficar com seus reservatórios perto do colapso até 30 de novembro. Usinas como Furnas, Nova Ponte, Itumbiara, Emborcação, São Simão ficariam sem água antes do fim do período seco.

“Considerando-se as previsões de afluência obtidas com a chuva de 2020, prevê-se a perda do controle hidráulico de reservatórios do Rio Paraná no segundo semestre de 2001”, dizia a primeira nota. “O único cenário em que há risco é o cenário de referência, utilizado para de-

monstrar que ações precisavam ser tomadas com o intuito de evitar a ocorrência. Sendo assim diversas medidas foram aprovadas pelo Comitê de Monitoramento Elétrico, e já estão em curso, o que faz com que esse cenário não se concretize”, diz o ONS na segunda nota. Uma fonte do setor de energia avalia que na primeira nota o órgão demonstrou pânico, na segunda, uma calma excessiva:

— Muita gente achou que houve um dedo político no comunicado à imprensa que tentou corrigir a nota técnica. Saiu de um excessivo pessimismo para um comunicado de que estava tudo bem. Fiquei mais preocupado com a segunda nota, porque claramente era um erro de comunicação e, em momentos assim, não se pode errar na comunicação.

Houve também por parte da Aneel uma confusão na admi-

nistração das bandeiras tarifárias. Se em dezembro ela foi vermelha, de janeiro a abril, voltou para o nível amarelo, indicando melhora na situação. Só em maio voltou a ficar vermelha nível 1, e em junho subiu para nível 2, o mais crítico. A mudança que vigorou nos primeiros quatro meses do ano não fazia sentido, já que a situação era de escassez de chuva.

O que o país aprendeu com os erros e acertos na administração do apagão, em 2001, é que as decisões precisam ser firmes, a comunicação, clara, e a gestão tem que se antecipar aos problemas. A visão realista é melhor do que o excessivo pessimismo ou a tentativa de dar uma visão otimista por razões políticas.

Entre os conselhos que se ouve no mercado é que é preciso monitorar a produção de renováveis. É possível que a atual temporada de ventos do Nor-

deste seja bem favorável. É preciso trabalhar para garantir suprimento de gás para as térmicas, menos poluentes do que as opções como óleo diesel ou carvão. “Não pode faltar gás”, diz um especialista. O problema é que a Petrobras já anunciou que fará a manutenção de 30 dias em um dos principais gasodutos do pré-sal e informou que essa parada foi combinada com o ONS em março. É preciso também, explica-se, administrar os vários usos das águas, principalmente na Bacia do Rio Paraná, onde a primeira vítima já é a hidrovia Tietê-Paraná.

— O governo também precisa trabalhar com a importação de energia de países vizinhos, Argentina e Uruguai. Não é um bom momento para brigar com o governo Fernández — explicou um especialista.

O assunto é complexo e será fundamental ter uma gestão integrada, inteligente e uma comunicação transparente. Isso impedirá que a escassez hídrica leve a uma crise muito maior.

Risco de apagão voltou ao país, sob um governo que já demonstrou sua incapacidade de gerir crises e blindar decisões técnicas

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

BRASIL

Governo quer prorrogar auxílio até setembro

BENEFÍCIO O governo federal vai anunciar nos próximos dias a prorrogação do auxílio emergencial até setembro, com valor médio das parcelas em R\$ 250. O Palácio do Planalto se apoia nos pedidos de governadores e pressão de parlamentares que afirmam acreditar em mais de 70% da população imunizada em três meses. Para bancar a prorrogação, a equipe econômica deve abrir um crédito extraordinário de R\$ 12 bilhões.

O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação. A decisão ainda aumenta o tempo da equipe dos ministérios da Economia e Cidadania em planejar a reformulação do Bolsa Família, com valores médios parecidos com o auxílio. Membros do alto escalão do go-

Para bancar a prorrogação, a equipe econômica vai abrir um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 12 bi

verno acredita que as mudanças no benefício podem ser um ponto positivo para Bolsonaro na disputa das eleições.

No entanto, especialistas veem a possibilidade de a vacinação não se concretizar e aumentar a pressão contra o Planalto para a renovação do auxílio até dezembro. A equipe econômica já trabalhava com a possibilidade, considerando que os valores são contabilizados fora do teto de gastos. O pagamento da nova rodada do auxílio emergencial começou em abril, divididos em quatro parcelas entre R\$ 150 e R\$ 375. Os depósitos se enceraram em julho.

O ministro João Roma (Cidadania) está desenhando a reforma do Bolsa Família. Como já foi noticiado, o governo deseja muitas portas de saída para que o beneficiário seja incentivado a progredir e não ficar dependente do dinheiro es-

tatal.

O desenho final do novo programa ainda não está pronto. A grande dúvida é sobre como essas propostas serão recepcionadas no Congresso. Deputados e senadores devem ser consultados sobre o esboço do projeto nas próximas semanas.

Na avaliação da equipe ministerial, é relevante que o novo Bolsa Família esteja sendo recriado com ferramentas que incentivem a saída das pessoas. Por exemplo, alguém que está em vários programas e ganha benefícios somados equivalentes a R\$ 1.000 dificilmente sairia do assistencialismo.

Pelo que está sendo arquitetado, se essa pessoa receber uma oferta de emprego com salário de R\$ 1.500, o governo manteria metade do valor da bolsa anterior e a renda mensal seria de R\$ 2.000 — os R\$ 1.500 do salário + os R\$ 500 remanescentes do auxílio estatal.

Ricardo Salles entrega celular 19 dias após buscas

INVESTIGAÇÃO O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, entregou seu celular à Polícia Federal (PF) ontem, 19 dias após ser alvo de buscas na Operação Akuanubá — que apura suspeita de facilitação do contrabando de madeira, entre outros crimes. Ao comunicar o Supremo Tribunal Federal sobre a entrega do aparelho às autoridades, os advogados de Salles alegaram que o celular "não foi requerido na data da diligência".

Na semana passada, o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator da Akuanubá, pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República sobre a possibilidade de afastamento e de prisão do ministro, com base em uma notícia de fato que acusou Salles de obstrução da Justiça por não entregar o telefone à PF no dia em que a operação foi deflagrada, em 19 de maio.

A investigação que atingiu o ministro apura indícios de favorecimento de empresas na exportação ilegal de madeira para os Estados Unidos e Europa. Salles é alvo de um outro inquérito, conduzido pela ministra Cármen Lúcia, sob suspeita de obstruir a maior investigação ambiental da PF, em favor de quadrilhas de madeireiros. O ministro Ricardo Salles nega irregularidades. O presidente afastado do Ibama, Eduardo Bim, e assessores do ministério também são alvos da investigação.

Bolsonaro indica Crivella para ser embaixador na África do Sul

CARGO O presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao governo da África do Sul o nome do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (Republicanos) para que ele assuma o posto de embaixador do Brasil no país. A informação, revelada pelo Correio Braziliense por um integrante do governo, já causa mal-estar entre diplomatas, que veem a indicação como uma manobra em benefício do presidente.

O nome de Crivella ainda depende do aval do governo sul-africano, em processo que corre em sigilo. Portanto, não há confirmação ofi-

cial até a resposta do país anfitrião. Caso a África do Sul responda positivamente, a indicação é oficializada, e o ex-prefeito precisa passar por sabatina na Comissão de Relações Exteriores do Senado. A presidente da comissão, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), informou que só comentará a indicação quando ela for oficializada.

Crivella foi preso em 22 de dezembro, denunciado como chefe de um suposto grupo criminoso que teria instituído um esquema de cobrança de propina na prefeitura. Ele chegou a passar uma noite no presidio de



Crivella foi preso em dezembro, denunciado como chefe de um suposto grupo criminoso

Benfica, na zona norte do Rio, mas foi autorizado a cumprir prisão domiciliar no dia seguinte.

Após a denúncia, Crivella foi afastado da prefeitura até o fim de seu mandato. Candidato à reeleição com o apoio de Bolsonaro, ele perdeu a disputa para Eduardo Paes (DEM).

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA
CNPJ N: 16.412.017/0001-96

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Vereda, através da COPEL, torna público que no dia 07/07/2021, às 09h00min, no endereço Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, serão recebidas propostas relativas à Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 011-2021, tendo como objeto a Contratação de agência de propaganda e publicidade para prestação de serviços publicitários, maiores informações no horário de 8:00h às 12:00h, no endereço supra citado. Vereda/Ba, 04 de junho de 2021. Presidente da COPEL.

AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº PRP 027-2021. O Pregão do Município de Vereda comunica aos interessados que fará realizar no dia 21 de junho de 2021, às 10:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 027-2021, Menor Preço Global, objetivando Contratação de empresa para Prestação de serviços na Recuperação de pneus, vulcanização, alinhamento e balanceamento, nos termos do edital e seus anexos. Vereda/Ba, 04/07/2021. Pregãoiro.

AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº PRP 024-2021. O Pregão do Município de Vereda comunica aos interessados que fará realizar no dia 21 de junho de 2021, às 09:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 024-2021, Menor Preço Global, objetivando Contratação de empresa para Prestação de serviços na Locação do Sistema Web de contabilidade pública integrado com os módulos de orçamento (PPA-LDO-LOA), nos termos do edital e seus anexos. Vereda/Ba, 04/06/2021. Pregãoiro.

AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº PRP 025-2021. O Pregão do Município de Vereda comunica aos interessados que fará realizar no dia 21 de junho de 2021, às 10:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 025-2021, Menor Preço por Lote, objetivando Contratação de empresa para Prestação de serviços na Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal dos equipamentos hospitalares dos ESF da sede, zona rural e do Hospital desta Município, nos termos do edital e seus anexos. Vereda/Ba, 04/06/2021. Pregãoiro.

AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº PRP 026-2021. O Pregão do Município de Vereda comunica aos interessados que fará realizar no dia 21 de junho de 2021, às 12:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 026-2021, Menor Preço Global, objetivando Contratação de empresa para Prestação de serviços na Locação de Sistemas Integrados de Recursos Humanos e Tributos, incluindo sistema de contracheques on line e Nota Fiscal eletrônica, nos termos do edital e seus anexos. Vereda/Ba, 04/06/2021. Pregãoiro.

AVISO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 001-2021. O Pregão do Município de Vereda, comunica aos interessados que fará realizar no dia 21 de junho de 2021, às 11:00 h, na sala de licitação na Av. Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, na modalidade Pregão presencial PP Nº 001-2021, menor Preço Global, objetivando Contratação de empresa do ramo, para Aquisição de Equipamentos e Material Permanente conforme Proposta de Aquisição nº 12508 028000/1180-10 do Ministério da Saúde, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Vereda, nos termos do edital e seus anexos. Vereda/Ba, 04/06/2021. Pregãoiro.

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Vereda, através da COPEL, torna público que no dia 30/06/2021, às 09:00h, no endereço Av. Eujácio Simões, 32, 35, centro, Vereda/Ba, será realizada a abertura da Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 010-2021, por Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para Realização e Urbanização de Espaços Públicos, maiores informações no horário de 8:00h às 12:00h, no endereço supra citado. Vereda/Ba, 04 de junho de 2021. Presidente da COPEL.

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Vereda, através da COPEL, torna público que no dia 30/06/2021, às 09:00h, no endereço Av. Eujácio Simões, 32, 35, centro, Vereda/Ba, será realizada a abertura da Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 010-2021, por Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais, maiores informações no horário de 8:00h às 12:00h, no endereço supra citado. Vereda/Ba, 04 de junho de 2021. Presidente da COPEL.

O laboratório farmacêutico Sandoz do Brasil comunica que está realizando o recolhimento proativo dos lotes 1905010470, 1905010473, 1905010475, 1905010476, 1905010477, 1905010478, 2005006071, 2005006072, 2005006582 e 2005006705 do medicamento Cloridrato de Duloxetine 60 mg cápsulas, devido a um desvio de qualidade. A Sandoz afirma que a qualidade e a segurança de todos os seus produtos e o bem-estar dos pacientes são de extrema importância para a empresa e ressalta que todas as medidas corretivas já foram adotadas pela companhia e seus parceiros.

Os pacientes que adquiriram o produto devem entrar em contato com o SAC da Sandoz (sac.sandoz@sandoz.com ou 0800-400-9192) para maiores esclarecimentos e orientação para devolução do medicamento, sem custos.

Mais*

DATA DE CHEGADA DA VACINA RUSSA AINDA NÃO FOI DEFINIDA. AO TODO, SERÃO 300 MIL DOSES



VLADIMIR SIMCEK / AFP

Sputnik V foi aprovada pela Anvisa na semana passada, mas com restrições

Vacina é feita com dois adenovírus diferentes

A Sputnik V, fabricada pelo Instituto Gamaleya de Pesquisa (Rússia), foi o primeiro imunizante registrado contra a covid-19 no mundo. A vacina foi lançada pela Rússia em agosto de 2020, quando ainda tinha testes em andamento. A eficácia comprovada até agora é de cerca de 91%, podendo chegar a 97%, segundo o site oficial do imunizante. Até o momento, não há registro de reações adversas graves com ligação comprovada com a aplicação da Sputnik V.

A vacina deve ser aplicada em duas doses, com intervalo de 21 dias entre elas, podendo ser ampliado para três meses. É preciso ter atenção redobrada na aplicação, já que o conteúdo da primeira dose é diferente do da segunda. Isso porque o imunizante utiliza a tecnologia de vetor viral não replicante, com dois adenovírus diferentes, nomeados de D-26 D-5.

Como explica o site da vacina, "vetores" são portadores que podem entregar material genético de um outro vírus para uma célula. Nesse caso, o material genético do adenovírus que causa a infecção é removido e o material com um código de proteína de outro vírus (o coronavírus) é inserido. Este novo elemento é seguro para o corpo, e ajuda o sistema imunológico a responder e produzir anticorpos que protegem contra infecções.

Na primeira dose, o D-26 leva a proteína S para dentro das células humanas, o que causará uma resposta imune do organismo, que começa a criar defesa contra a proteína e, consequentemente, anticorpos contra o coronavírus.

Na segunda dose, entra em cena o D-5, outro adenovírus que fará o mesmo papel, mas ao mesmo tempo tende a ser o diferencial mais assertivo do imunizante. Isso porque, segundo cientistas, por ter duas "fórmulas" diferentes, essa vacina pode ajudar a produzir mais anticorpos contra o coronavírus e ser a responsável pela alta eficácia.

Salvador não receberá Sputnik V

Covid-19 Imunizante será aplicado apenas em pessoas de cidades de médio porte na Bahia

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redabahia.com.br

O final de semana e ontem foram marcados por diversas reuniões. O motivo: a liberação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação da vacina contra a covid-19 Sputnik V, concedida na última sexta-feira. De acordo com o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, as 300 mil doses destinadas à Bahia irão imunizar 150 mil pessoas, com intervalo de 30 dias entre a primeira e a segunda aplicação. A data de chegada e as cidades de destino ainda não foram definidas.

Em publicação nas redes sociais, o secretário informou que os municípios que vão receber a Sputnik V devem ser de médio porte, conforme cenário epidemiológico local, para melhor monitoramento. Com isso, devido à grande quantidade populacional, por enquanto, Salvador vai ficar de fora. "Aqui na Bahia nós devemos aplicar 300 mil doses, sendo 150 mil pessoas e com intervalo de 30 dias. Nós faremos isso em cidades de médio porte, que estão por ser definidas em reunião com o governador Rui Costa com base no cenário epidemiológico da taxa de contágio", afirmou.

Vilas-Boas disse ainda que a Bahia irá cum-

prir exigências da Anvisa referentes à checagem de lotes, envio de documentos e realização do acompanhamento da eficácia e segurança da vacina. Sobre a previsão de envio, publicou: "As vacinas devem estar aqui na Bahia cerca de 30 dias após nós iniciarmos o processo de ajuste contratual, que já está em fase avançada de conversa com os russos; são ajustes para reduzir a 1% o que havia sido pactuado originalmente", finalizou.

CRONOGRAMA

Ontem, representantes da Anvisa, equipe técnica do Consórcio Nordeste e Amazônia Legal, e representantes dos procuradores e secretários de Saúde dos estados se reuniram para discutir a implementação das condicionantes pactuadas entre os estados e a Anvisa. Hoje e também nos próximos dias, devem ocorrer reuniões com o Fundo Soberano Russo e com o Ministério da Saúde para definir o cronograma de entrega das vacinas.

"Vamos dialogar com a própria Anvisa, com o Ministério da Saúde para o mais rapidamente possível cumprir com estas regras e ter mais vacinas para mais vacinação. Já na terça-feira (hoje) teremos uma agenda com o Fundo Soberano Russo, com o ministério da Saúde da Rússia para poder garantir esse cronograma. Um cronograma, esperamos, com a condição de entrega de vacinas até o mês de agosto para que a gente possa seguir salvando vidas no Brasil", afirmou o presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Wellington Dias.

Também ontem, o secretário de saúde Fábio Vilas-Boas

explicou os ajustes que devem ser feitos. "É preciso fazer um ajuste contratual porque, a partir do momento que a gente autoriza a importação, não podemos nos basear no contrato anterior, que diz que vamos executar 50 milhões de doses, o que não é factível neste momento. É uma questão legal que precisa ser ajustada", pontuou. A declaração foi feita em entrevista à TV Bahia.

O secretário também afirmou que está sendo decidido entre Rio de Janeiro e Pernambuco qual estado irá receber os imunizantes, já que os lotes deverão passar por avaliação do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) para, então, serem liberados para distribuição. Também há discussão acerca de como será feito o monitoramento após aplicação das doses.

"Existe uma norma geral entendida de que a gente não deve pulverizar essa vacina aleatoriamente porque nós precisamos fornecer à Anvisa dados de farmacovigilância, de efeitos colaterais da vacina. Uma decisão que foi tomada pelos governadores é de concentrar em poucos municípios para que se possa ter um acompanhamento próximo e, sobretudo, rápido, já que, uma vez aplicadas essas doses, nós teremos, em sequência, a liberação para a importação de demais doses", ressaltou Vilas Boas.

Para esse controle, o secretário afirmou que, para cumprir a exigência da Anvisa, o Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais do Instituto Couto Maia deverá ser utilizado para acompanhamento da vacinação.

*ORIENTAÇÃO DE MONIQUE LÔBO

Uma decisão que foi tomada pelos governadores é de concentrar em poucos municípios para que se possa ter um acompanhamento próximo e, sobretudo, rápido Fábio Vilas-Boas
Secretário de Saúde da Bahia



Interior amarga prejuízo sem São João

Economia Cidades baianas deixam de arrecadar R\$ 133 milhões sem festa

Daniel Aloísio e Marcela Villar*

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Pelo segundo ano consecutivo, o São João não vai poder ser comemorado por conta da pandemia. Ao todo, as 18 cidades com tradição nos festejos juninos procuradas pelo CORREIO contabilizam perdas para a

economia baiana de mais de R\$ 133 milhões. Mas, segundo o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), com base no cálculo das prefeituras do estado, estima-se que quase R\$ 1 bilhão deixe de circular na Bahia sem as festas de São João.

Na avaliação do publicitário Gabriel Carvalho, criador do site São João na Bahia e especialista nesse festejo popular, há uma 'democratização'

nos lucros das festas juninas. "É uma celebração onde todo mundo ganha. Estima-se que a movimentação financeira chegue próximo a R\$ 1 bilhão na Bahia. Isso sem contar nos milhares de empregos gerados que a gente nem consegue contabilizar direito, pois envolve desde o comércio ao vendedor ambulante, passando pelas pequenas indústrias, os artistas e a economia criativa", explica.

Só em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), são mais de R\$ 60 milhões que o município deixará de ganhar. No Recôncavo, na cidade de Cruz das Almas, são mais de R\$ 30 milhões perdidos. Já em Santo Antônio de Jesus, segundo estimativas do setor, a festa na cidade costuma movimentar cerca de R\$ 10 milhões. Por sua vez, em Amargosa, em torno de R\$ 20 milhões não vão circular na cidade em 2021 por causa da pandemia.

Na Bahia, em condições normais, a festa de São João acontece em mais de 300 municípios. São mais de 2 milhões de balanços circulando no próprio estado, sendo que metade disso é de pessoas da capital com destino ao interior, de acordo com Carvalho.

LAMENTO

Em Camaçari, cidade baiana que estima ter o maior prejuízo com a não-realização

das festas juninas, o cálculo da prefeitura é feito com base na movimentação do comércio, da rede hoteleira, turismo, ambulantes, barraqueiros, logística de transporte e outros setores. Dos cofres municipais, o investimento era de R\$ 8 milhões, se levar em conta todo o mês de junho. O retorno vinha em quase oito vezes mais: R\$ 60 milhões.

No Recôncavo, Cruz das Almas chega ao segundo ano sem São João com muito alamento. Por lá, mesmo antes da emancipação da cidade, em 1896, a tradição junina já existia. Na época, o local era apenas um distrito do município de São Félix. As festas eram realizadas nas famílias e entre a comunidade - inclusive, com a tradicional guerra de espadas, hoje proibida.

"Estima-se que o São João movimentasse cerca de R\$ 30 milhões na economia local, incluindo os comércios tradicionais e ambulantes. Com o grande número de turistas na cidade, há um aquecimento das compras no período junino", explica o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da cidade, Euricles Neto.

Em Amargosa, na praça que costuma receber os shows responsáveis por lotar a cidade, o palco deu espaço a um drive-thru de vacinação contra a covid-19. É a esperança de que, em 2022, tudo

Cidades como Amargosa costumam se 'vestir' para o São João. Em 2021, mais uma vez, nada de festa

1 BI

De reais deixam de circular na Bahia sem o São João, segundo o Observatório da Economia Criativa da Bahia

60

Milhões de reais deixará de arrecadar o município de Camaçari, dono do maior prejuízo do estado

vai voltar ao normal.

“Dá um aperto no coração de todos nós que gostamos de São João”, diz o prefeito da cidade, Júlio Pinheiro (PT). Segundo o gestor, no São João, a cidade que tem 37 mil habitantes dobra a sua população com a quantidade de visitantes.

Santo Antônio de Jesus decidiu se reinventar e aposta em lives para manter a curtição típica do período vivo no município. “É uma forma de valorizar os nossos artistas. As pessoas estão participando, contribuindo. Essa é a esperança de que esse período triste vai passar”, diz a secretária de Cultura Silvia Brito. Lá, a festa virtual começou no dia 29 de maio, aniversário do município, com uma live de forró com artistas locais. A equipe da prefeitura também está preparando um grande show virtual na véspera do São João para aquecer os corações dos amantes da festa.

Na Região Metropolitana de Salvador, em Mata de São João, as perdas também foram grandes, apesar de não existirem números concretos. A arrecadação de Imposto Sobre Serviço (ISS) do município, que inclui bares, restaurantes, hotéis e pousadas, teve uma redução de 75% em junho de 2020 comparado com o mesmo mês de 2019, quando, antes da pandemia, a cidade arrecadou mais de R\$ 3,7 milhões com ISS contra R\$ 963 mil no ano passado.

Em Ibicuí, no Centro Sul da Bahia, os prejuízos são na ordem de R\$ 5 milhões. No Sul da Bahia, em Ipiatã, entre R\$ 400 a 500 mil deixam de ser injetados na economia da cidade. Lá não é exatamente o São João que é comemorado, e sim o São Pedro, no dia 29 de junho. Nos três dias de festas públicas, mais de 35 mil pessoas frequentam o município de 45 mil.

AMBULANTES

O diretor de cultura, esporte e lazer de Jaguarari, Leandro Silva, está preocupado com o mercado informal, que dependia dos sete dias de festas de São João que a cidade costumava fazer. “Os vendedores ambulantes sofreram muito, porque temos muito movimento durante esses dias de festa, então dá para eles se manterem por mais seis meses”, expõe Silva. Ali, o prejuízo sem a festa é de R\$ 2 a R\$ 2,5 milhões.

Em Euclides da Cunha, no Nordeste da Bahia, o prejuízo com a não realização do Arraiá do Cumbe, como a festa é chamada, é de R\$ 5 milhões. Outras cidades contactadas pelo CORREIO não conseguiram estipular o prejuízo. A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) informou que não há estudo relacionado ao São João na Bahia, mas que algo deve ser lançado em breve.

“SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Forró do Piu-Piu, em Amargosa, é uma das festas particulares que seguem sem ocorrer no interior devido à pandemia

Estima-se que a movimentação financeira chegue próximo a R\$ 1 bilhão na Bahia. Isso sem contar nos milhares de empregos gerados que a gente nem consegue contabilizar direito

Gabriel Carvalho

Publicitário e criador do site São João na Bahia

Os vendedores ambulantes sofreram muito, porque temos muito movimento durante esses dias de festa, então dá para eles se manterem por mais seis meses.

Leandro Silva

Diretor de cultura, esporte e lazer de Jaguarari

Estima-se que o São João movimente cerca de R\$ 30 milhões na economia local, incluindo os comércios tradicionais e ambulantes

Neto

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Cruz das Almas

Entre empregos diretos e indiretos, gerávamos mil postos de trabalho, a maioria de pessoas da própria Amargosa

Diego Lomanto

Empresário, um dos realizadores do Forró do Piu-Piu



Grandes festas privadas seguem canceladas

Se no início da pandemia, em março de 2020, alguém dissesse a Diego Lomanto, um dos realizadores do Forró do Piu-Piu, que a festa não iria ser realizada naquele ano, ele iria duvidar. “Nunca passou pela minha cabeça que a pandemia fosse chegar a esse ponto. A gente nem imaginava que em 2020 não iria ter São João”, lamenta o empresário.

Assim como foi no ano passado, o Forró do Piu-Piu, realizado tradicionalmente em Amargosa, segue cancelado. Em condições normais, cerca de 12 mil pessoas eram atraídas pelos shows, que beneficiava não só os realizadores. “Entre empregos diretos e indiretos, gerávamos mil postos de trabalho, a maioria de pessoas da própria Amargosa”, explica. Para Lomanto, não há condições de uma festa como a sua ser realizada antes de que a maioria da população já esteja devidamente vacinada.

Em Ibicuí, o Forró Brega Light também segue cancelado. Cassio Andrade, um dos produtores da festa que atrai 15 mil pessoas por dia, aponta que quase mil empregos diretos são gerados pelo evento. “Para a cidade, está sendo muito complicado, pois é uma festa que movimenta muito a economia. São muitos moradores que alugam suas casas, por exemplo”, conta.

No ano passado, para lidar com a ausência dos shows, o Brega Light até realizou uma live, mas isso não deve acontecer neste ano. “Nós tivemos mais trabalho para fazer a live do que a festa, pois demanda muito tempo e uma boa estrutura de internet”, lembra. O jeito, para o empresário, é esperar chegar 2022.

Banda teve que vender van na pandemia

Um reflexo dos problemas enfrentados no cancelamento do São João está nos artistas locais. De Jaguarari, a banda Paixão de Vaqueiro, que tem sete anos de estrada, teve que se desfazer da van que usava para transportar os músicos no show.

O empresário Binho Marques conta que ainda tentou durante seis meses manter a estrutura do grupo como era antes da pandemia, mas sem nenhuma receita financeira, a solução encontrada foi demitir todos os 18 funcionários até que os shows possam ser realizados novamente.

“Todo o nosso setor vem sofrendo, pois não tem uma resposta definitiva de quanto vai ter um retorno. Estamos de mãos atadas, forçados até a entrar em outros ramos para sobreviver. Mas, graças a Deus, a banda tá unida e de pé. Tivemos que fazer a demissão, mas todos têm certeza de que vão retornar aos seus postos quando tudo voltar ao normal”, explica.

Binho conta que, para sobreviver, alguns músicos da banda passaram a atuar como taxistas, mototaxistas e até empresários. “A maioria parou com a música. Infelizmente, nós não podemos fazer nada, a não ser tocar em casa”, lembra.

Em 2020, a banda Paixão de Vaqueiro até realizou algumas lives para arrecadar dinheiro para os músicos, mas não há nada programado para 2021. “Um dos nossos principais faturamentos era o mês de junho. Já chegamos a fazer 25 shows e faturar quase R\$ 500 mil. Hoje estamos mesmo de mãos atadas, esperando tudo isso acabar”, lamenta Marques.

1.000

Empregos, em média, são gerados nas festas particulares realizadas no interior baiano



HENRY RAY ABRAMS / AFP

A farmacêutica Pfizer ofereceu ao governo brasileiro 70 milhões de doses por US\$ 10 cada; senador contou 53 e-mails ignorados pelo governo

Brasil quer 100 milhões de doses da Moderna

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que a pasta negocia a aquisição de 100 milhões de doses de vacinas desenvolvidas pela empresa norte-americana Moderna contra a covid-19. As informações foram dadas na manhã de ontem. Outros detalhes não foram repassados.

Em março, a pasta já negociava a aquisição de 13 milhões de doses de vacinas desenvolvidas pela empresa. A possibilidade de obter doses da vacina havia sido discutida em reunião entre integrantes da Saúde e representantes da Moderna.

As discussões começaram em meio a críticas de demora da pasta para fechar acordos e em um momento em que o país enfrentava nova escalada da epidemia do novo coronavírus, com relatos de colapso no sistema de saúde em diferentes estados.

Em audiência no Senado em fevereiro, o até então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, comentou a possibilidade de compra das doses da Moderna, mas se queixou do valor exigido pela empresa. "A Moderna nos apresentou uma proposta também em um altíssimo valor de US\$ 37 a dose, e nós topamos negociar, mas só entrega em outubro", disse, sobre a proposta da época.

PEDIDO

Ainda não houve pedido da Moderna para aval à aplicação da vacina no Brasil, o que é definido por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O imunizante, no entanto, já foi aprovado por outras agências reguladoras reconhecidas, caso da EMA (Europa) e do FDA (Estados Unidos).

Durante os testes clínicos, a vacina da Moderna registrou 94,1% de eficácia na proteção de casos sintomáticos de covid-19. A empresa Moderna anunciou ainda, em maio passado, que sua vacina contra a covid-19 é "altamente eficaz" em adolescentes de entre 12 e 17 anos, segundo os resultados completos dos ensaios clínicos.

O estudo da Moderna foi feito com mais de 3.700 participantes entre 12 e 17 anos nos Estados Unidos, dos quais dois terços receberam a vacina e um terço recebeu placebo.

Ontem, a empresa anunciou que apresentou pedidos para a autorização de uso de sua vacina contra a covid-19 em adolescentes no Canadá e na União Europeia (UE).

Governo corta recursos e covid avança

Atraso na compra de vacinas e bloqueio de verbas ajudaram o vírus a se propagar

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redesbaha.com.br

O atraso do governo na negociação para a compra de vacinas e o corte de recursos para pesquisas têm sido apontados por especialistas como fatores fundamentais para o avanço da pandemia de covid no Brasil. No caso de imunizantes, o presidente Bolsonaro chegou a recusar a vacina da Pfizer a 50% do valor pago por EUA e Europa. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, até 70 milhões de doses poderiam ter sido entregues a partir de dezembro de 2020 por US\$ 10 cada. No campo da ciência, o congelamento de R\$ 5 bilhões do Fundo de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia afetou uma série de pesquisas envolvendo a atual crise sanitária.

A vacinação antecipada teria evitado mortes e os prejuízos bilionários provocados pelo fechamento da economia. Com um PIB total de R\$ 7,4 trilhões em 2020, os R\$ 30 bilhões agora previstos pelo Ministério da Saúde para a vacinação brasileira correspondem a um dia e meio de um hipotético lockdown nacional —desconsiderando domingos e feriados. O

valor equivale a 10% do auxílio emergencial pago em 2020 e é menos do que os R\$ 44 bilhões previstos neste ano para compensar o fechamento da economia.

EUA e Reino Unido já imunizaram cerca de 40% da população com duas doses das várias vacinas adquiridas e têm economias funcionando quase livremente. Ambos pagaram cerca de US\$ 20 pelas doses da Pfizer, o dobro do valor recusado pelo Brasil durante vários meses em 2020. Na Europa, as doses do laboratório norte-americano custaram US\$ 18,60.

No Brasil, com o atraso nos contratos, as primeiras doses da Pfizer chegaram só em abril. Oito meses se passaram entre a primeira oferta e a entrega. O vice-presidente da CPI da Covid, senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), contabilizou 53 e-mails enviados pela Pfizer ao governo a partir de agosto cobrando resposta sobre a oferta dos 70 milhões de doses.

A CPI, Pazuello qualificou a proposta da Pfizer como "agressiva", apontou entraves em cláusulas do contrato e disse ter considerado muito elevado o preço de US\$ 10 por dose —valor acatado meses depois ainda na gestão de Pazuello.

O Ministério da Saúde diz ter destinado R\$ 30 bilhões para a contratação de mais de 660 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 —considerando no cálculo unidades que ainda não encomendou de fato. Em dólares, portanto, o país está reservando cerca de US\$ 9, em média, por dose.

De um modo geral, na comparação internacional com base nas informações disponíveis, o Brasil está pagando preços compatíveis com a maior parte dos países. Para Paulo Lotufo, epidemiolo-

gista e professor da Faculdade de Medicina da USP, o Brasil perdeu "uma chance de ouro de emplacar logo com a Pfizer a preços convenientes".

ORÇAMENTO

Ao sancionar o Orçamento de 2021, em abril, Bolsonaro desrespeitou uma lei aprovada semanas antes pelo Congresso e retirou R\$ 5 bilhões que deveriam estar sendo usados hoje para financiar a ciência e a tecnologia no Brasil, incluindo pesquisas sobre a covid-19. O dinheiro está atualmente na "reserva de contingência" —isto é, guardado para ajudar o governo a atingir a meta de resultado primário. O Ministério da Economia admitiu ao jornal O Estado de S. Paulo que o dinheiro está contingenciado e a verba será liberada, mas não deu prazo.

Mesmo com a liberação do dinheiro retido, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações será o menor dos últimos cinco anos, em valores corrigidos. A pasta terá à disposição pouco mais de R\$ 12 milhões. As informações foram compiladas pela ONG Contas Abertas. Na ponta, a falta de dinheiro significa que diversos projetos de pesquisa, inclusive sobre a covid-19, ficaram sem financiamento.

"Se nós olharmos para a cronologia, este item do Orçamento (os R\$ 5 bilhões em reserva de contingência) é ilegal. E o Executivo vai ter de resolver ao longo do ano. Se a pergunta é se tem crime de responsabilidade (por parte do presidente da República), isso é algo que envolve um juízo político. Mas, do ponto de vista técnico, existe uma ilegalidade", diz o analista do Senado Leonardo Ribeiro, especialista em contas públicas.

R\$ 5 bilhões do Fundo de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia foram congelados pelo governo federal. Os recursos seriam usados atualmente para financiar projetos de pesquisa, inclusive sobre a covid-19

Tribuna

Empreende

Como alternativa para incentivar o empreendedorismo nas comunidades da capital baiana, o vereador Julio Santos (Republicanos) realizou mais uma edição do Empreende Comunidade, desta vez no bairro de Cosme de Farias. A ação de cunho social tem por objetivo fomentar atividades empreendedoras entre os soteropolitanos, apresentando novas alternativas para geração de emprego e renda. De acordo com pesquisa recente do IBGE, o país soma 14,4 milhões de pessoas desempregadas.

Recife

O apoio às iniciativas que visam o desenvolvimento de novos polos econômicos no estado da Bahia permanece ocupando lugar de destaque na agenda do vice-governador João Leão, secretário do Planejamento. Após encontrar-se nas últimas semanas com representantes de diversos ministérios em Brasília, Leão se reuniu ontem com o superintendente de Desenvolvimento do Nordeste, Evaldo Cruz, na sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Recife-PE, para pedir apoio.



João Leão

Bons negócios!

A Ibovespa superou ontem a marca dos 131 mil pontos, mostrando claramente um descolamento dos embates políticos que tensionam a Nação. As ameaças de impeachment passaram a ser tratadas com naturalidade, prevalecendo as previsões de que o PIB chegará a 5% no final do ano. Com o dólar a R\$ 5,05 a economia brasileira dá sinais de maturidade, o que atrai cada vez mais os investidores. São boas notícias para o presidente Jair Bolsonaro e excelentes para o ministro Paulo Guedes, que volta a merecer alta credibilidade do mercado. Ainda bem!

Mudança

Pasta liderada por João Roma (Republicanos), o Ministério da Cidadania deve ampliar o novo Bolsa Família para o valor médio em torno de R\$ 300. Atualmente, este valor fica em R\$ 190 por pessoa. A ideia do governo é ampliar a distribuição para mais 13 milhões de brasileiros, o que faria quase dobrar o número de 14 milhões de beneficiários atuais. O objetivo ainda é desassociar o programa do PT, inclusive com a intenção de mudar o seu nome. Uma das possibilidades sugeridas por aliados é que seja rebatizado de "Alimenta Brasil".

RODRIGO I

Tribuna

FUNDEB

UPB questiona FNDE sobre ajuste no débito das contas



ZÉ COCÁ declarou que houve uma reunião com a Confederação Nacional de Municípios sobre o tema

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

Gestores balanços apontam falta de esclarecimento sobre o ajuste nas contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A União dos Municípios da Bahia (UPB) enviou ofício ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por essa gestão, solicitando explicações para o problema que, na visão dela, "prejudica os municípios". A entidade busca ainda explicações sobre os débitos realizados durante a implementação do Fundo.

Em nota, o presidente da União de Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Jequié, Zé Cocá (PP) declarou que hou-

ve uma reunião com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre o assunto. "O ajuste no débito nas contas do Fundo foi questionado por inúmeros municípios, primeiro pela falta de informações e segundo pelas dificuldades que os débitos representam no planejamento das ações educacionais. É importante agora aguardar o posicionamento oficial da CNM e FNDE para o devido entendimento da situação", afirmou.

"Estamos sem saber o que fazer no nosso município, situação muito complicada. Tivemos o impacto de quase R\$ 600 mil debitados em conta. Precisamos resolver essa situação o mais breve possível. Lutar para que pelo menos esse débito seja parcelado para que possamos fazer um planejamento", declarou a prefeita de

Teolândia, Maria Baitinga.

Preocupada com a situação, a UPB emitiu nota informativa sobre a nova Portaria do Fundeb, especialmente em razão dos vários equívocos cometidos pelo governo federal na operacionalização do Fundo, desde os repasses da complementação da União em janeiro deste ano até os equívocos da Portaria Interministerial 1, de 31 de março de 2021, no cômputo das matrículas utilizadas para o cálculo dos repasses do fundo. Segundo a entidade, "não é a primeira vez que lançamentos sem a devida explicação e publicização pelo FNDE são realizados, o que tem gerado inúmeros questionamentos por parte dos gestores municipais".

A CNM, por sua vez, também emitiu nota informando que "tem acompanhado de perto a implementação do

Fundeb e ainda não tem explicações sobre a operação financeira realizada". Ainda de acordo com a entidade, o Governo Federal já cometeu vários equívocos operacionais do Fundeb, desde os repasses da complementação da União, até a computação das matrículas utilizadas para o cálculo dos repasses do fundo.

"As preocupações da CNM têm sido constantes, especialmente em razão dos vários equívocos cometidos pelo governo federal na operacionalização do Fundo, desde os repasses da complementação da União em janeiro deste ano até os equívocos da Portaria Interministerial 1, de 31 de março de 2021, no cômputo das matrículas utilizadas para o cálculo dos repasses do fundo", declara a CNM em nota.

Tribuna

Orçamento secreto trouxe mais apoio ao governo

ESTADÃO CONTEÚDO

Congressistas contemplados com dinheiro do esquema criado pelo presidente Jair Bolsonaro para aumentar sua base de apoio no Congresso votaram mais a favor do governo do que seus colegas deixados de fora do "tratoração". Dados da Câmara mostram que esse grupo não tinha a mesma fidelidade ao governo em 2019, quando não havia distribuição de recursos da chamada emenda de relator, base do orçamento secreto – que despejou ao menos R\$ 3 bilhões no Congresso em 2020.

Os dados públicos de votações da Câmara mostram na prática o impacto da distribuição de dinheiro na boa vontade dos congressistas em relação ao governo. Na média, os deputados cooptados pelo esquema votaram conforme a orientação do Planalto em 87,6% das vezes em 2020. Já os que não participaram do esquema acompanharam a orientação governista em apenas 62,5% das ocasiões.

No primeiro ano de mandato de Bolsonaro, quando não havia orçamento secreto, os deputados do "tratoração" votaram com o governo apenas 54,1% das vezes. O levantamento considera os votos dos 282 deputados contemplados pelo toma

lá, dá cá e que participaram de pelo menos uma votação nominal no ano de 2020. O Estadão analisou 346 votações nas quais o governo expressou uma posição – sim ou não. As ocasiões em que o governo liberou a base não foram levadas em conta.

Os nomes dos parlamentares constam do "planilhão", um documento interno do governo revelado pelo Estadão em janeiro. Numa espécie de "controle interno" informal da articulação política, o papel lista qual congressista indicou o quê, em qual valor e para qual município. A planilha mostra uma parte das negociações do governo para obter apoio político usando o dinheiro das emendas de relator na modalidade RP 9. Esse documento não é público.

Ao longo do mês, o Estadão publicou várias reportagens mostrando como o governo de Jair Bolsonaro usou as emendas RP 9 para conquistar apoio político. O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), uma estatal loteada pelo Centrão, têm sido o atalho preferencial de deputados e senadores para direcionar obras, como pavimentação asfáltica e instalação de poços artesianos, e comprar máquinas pesadas.

Tribuna

Paulo Guedes planeja contra-ataque à Argentina

CÁSSIA ALMEIDA, GERALDA DOCA E JANAÍNA FIGUEIREDO,
O GLOBO

A tentativa do Brasil de reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e avançar com a agenda de abertura comercial do ministro da Economia, Paulo Guedes, esbarra na resistência da Argentina. Mas o governo brasileiro quer ir adiante em sua proposta de reduzir a TEC em 10% agora e em outros 10% no fim do ano.

Seria uma forma de co-

meçar a abertura do mercado brasileiro, prometida ainda na campanha eleitoral de 2018, mas cuja dificuldade Guedes tem localizado principalmente nas amarras do Mercosul.

A Argentina, ainda informalmente, acena com a redução linear de 10% da TEC de forma imediata por parte do Brasil, e aplicar este corte para 75% das posições tarifárias argentinas, mas só em janeiro de 2022. Sobre a segunda redução proposta pelo Brasil, o país vizinho só aceitaria falar no assunto em

2023.

O cancelamento de uma reunião de chanceleres e ministros de finanças do Mercosul marcada para a próxima terça-feira diante da falta de consenso tornou evidente o mal-estar. Segundo interlocutores do ministro Guedes, a ordem é não ceder.

Por trás da insistência de Guedes está sua visão de que é preciso abrir mais o mercado brasileiro à concorrência com importados para modernizar a economia.

Para o economista Edmar Bacha, um dos respon-

sáveis pela implantação do Plano Real e um defensor da abertura comercial, a proposta de Guedes para o Mercosul pode ser considerada tímida, já que o ministro já defendeu corte unilateral de 50% da TEC, cuja alíquota média é 11,7%.

— Acho até um passo modesto porque a TEC é muito alta comparada com as do resto do mundo. Um movimento nessa direção manda mensagem importante sobre a necessidade de modernização da indústria nos quatro países — diz Bacha.

Tribuna

Governo deve prorrogar auxílio emergencial por dois meses

IDIANA TOMAZELLI, O ESTADO DE S.PAULO

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial por mais dois meses, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Com isso, a ajuda voltada aos mais vulneráveis durante a pandemia de covid-19 será estendida até setembro, nos mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Hoje, o auxílio contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros.

Para bancar a prorrogação, a equipe econômica deve abrir um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 12 bilhões. O valor vai reforçar os cerca de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa e que não foram usados porque o número de famílias na nova rodada ficou abaixo do inicialmente projetado.

A extensão da ajuda a vulneráveis é uma forma de manter a assistência às famílias em um cenário de risco de agravamento da pandemia de covid-19 e também evita um "vácuo" até o lançamento da nova política social permanente do governo.

No desenho atual, a última parcela é prevista para julho deste ano. No entanto, fontes do governo afirmam que "alguma prorrogação é razoável", dado que o número de casos e óbitos pela doença parou de cair. Além disso, a extensão da ajuda dará maior conforto até a vacinação mais ampla da população.

A prorrogação deve ocorrer por medida provisória. A necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para isso, aventada anteriormente, perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para acomodar o gasto adicional.

No início do ano, o gover-

no precisou de uma PEC para aprovar os primeiros R\$ 44 bilhões destinados à nova rodada do auxílio porque o Orçamento de 2021 ainda estava em tramitação no Congresso Nacional, e não havia espaço na meta.

Os detalhes da estratégia do governo para as políticas sociais têm sido discutidos em frequentes reuniões com o presidente Jair Bolsonaro. Ele recebeu nesta segunda-feira, 7, o ministro da Cidadania, João Roma. Na semana passada, Bolsonaro já havia tratado do assunto com Roma e os ministros da Economia, Paulo Guedes, da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, e da Secretaria de Governo, Flávia Arruda.

A prorrogação do auxílio ainda vai abrir mais espaço no Orçamento de 2021 para o lançamento da nova política social permanente, que vai suceder o Bolsa Família. Isso porque as famílias contempladas pelo Bolsa são "transferidas" para a folha do auxílio durante sua vigência, poupando o orçamento do programa.

Hoje, essa "sobra" do Bolsa dentro do teto é de aproximadamente R\$ 7 bilhões e deve ficar maior com a extensão da ajuda temporária aos vulneráveis. O dinheiro deve ser usado para turbinar a nova política social.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o desenho do substituto do Bolsa Família precisa ser implementado até dezembro de 2021, ou acabará engavetado, pois a lei veda a adoção desse tipo de medida em ano de eleições.

A Lei das Eleições diz que, no ano de realização do pleito, é proibida a distribuição de valores e benefícios, exceto programas sociais já autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício anterior – neste caso, em 2021.

Os detalhes da estratégia de lançamento da nova política estão sendo guardados a sete chaves pelos integrantes do governo.

Tribuna

ARTIGO

JOSEVAL CARNEIRO

6 mil motoristas perderão suas habilitações (I)

Sob o fundamento de atingimento de 20 pontos na carteira de habilitação, desde 2016, condutores sofrerão por parte do Detran, suspensão da carteira, além de atendimento a horas-alias nas Escolas de formação, e novos exames.

Mas o ato administrativo é absolutamente inconstitucional, devido ao decurso de prazos, pois o Código de Trânsito Brasileiro – CTB -regula inteiramente a matéria e estabelece 30 (trinta) dias de prazo para aplicação das penas, e outros 30 (trinta) para

cada recursos administrativo.

A sua analogia legis se aproxima da Norma Penal, educativa, reformadora de condutas no trânsito, não podendo ficar tanto tempo, como a espada de Dâmocles, pendendo sobre as cabeças indefinidamente, fragilizando e perenizando a tutela da Lei.

E para justificar sua inércia, o Detran se vale de uma Resolução do CONTRAN, de nº 182, que instituiu uma inusitada, ilegal e sobretudo inconstitucional que estendeu o prazo prescricional para 5 (cinco) anos do direito prescricional de aplicar a norma.

Acontece que somente a

União pode legislar sobre matéria processual. Além disso, o CONTRAN que é um colegiado administrativo, composto de leigos, do Poder Executivo, invadiu severamente esfera de competência privativa legislativa do congresso Nacional, onde já existe norma específica sobre prazos punitivos de trânsito e recursais, matéria de Codex, que exigiu quorum especial para sua votação e aprovação.

Dessa forma, a inconstitucionalidade pode ser suscitada perante o juízo das Varas da Fazenda Pública Federal, até mesmo de Pequenas Causas, competência do Juiz a quo, para declarar incidenter tantum somente nesse caso) e não com efeitos gerais, urbi et orbi, a inconstitucionalidade.

JOSEVAL CARNEIRO
Advogado – OAB 9018
Ex-Diretor do Detran-DF

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/06/2019	Coluna: Economia



DÓLAR OPERA EM ALTA NA MANHÃ DESTA TERÇA-FEIRA



[admin](#) 8 Junho, 2021

O dólar opera em alta nesta terça-feira (8), com os investidores trabalhando em modo de espera antes de dados desta semana sobre a inflação norte-americana e após a divulgação das vendas do comércio em abril pelo IBGE.

Às 9h51, a moeda norte-americana subia 0,33%, vendida a R\$ 5,0515. Na segunda-feira, a moeda norte-americana fechou em alta de 0,02%, cotada a R\$ 5,0349. Com o resultado, acumula recuo de 3,63% no mês e de 2,94% no ano. O Banco Central fará neste pregão leilão de swap tradicional para rolagem de até 15 mil contratos com vencimento em novembro de 2021 e março de 2022. (G1)

Foto: Paulo Guereta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/06/2019	Coluna: Economia



BANCÁRIOS DESISTEM DA GREVE APÓS REUNIÃO COM GOVERNO FEDERAL



[admin](#) 8 Junho, 2021

A paralisação dos bancários da Bahia, que estava prevista para esta terça-feira (8), foi cancelada após a categoria agendar uma reunião com o governo federal para discutir a entrada no Plano Nacional de Imunização. A suspensão foi decidida em assembleia realizada na noite desta segunda-feira (7), pelo Sindicato dos Bancários da Bahia e pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Bahia e Sergipe (FEEB BA/SE). Será realizado um ato ainda nesta terça-feira, às 9h, em frente à sede da Prefeitura de Salvador, para pedir a vacinação da categoria.

De acordo com o Sindicato dos Bancários da Bahia, a reunião com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho acontecerá no dia 15 de junho, com a presença da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e também da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O encontro é fruto das inúmeras tentativas de negociação que foram iniciadas em dezembro de 2020, quando o governo federal deixou de incluir os bancários na lista de grupos prioritários para imunização.

“O objetivo da paralisação foi alcançado, que é conseguir o diálogo com o governo, porém a luta não acabou. Fizemos uma fundamentação técnica científica que será apresentada para respaldar a imunização da categoria”, disse o presidente do sindicato, Augusto Vasconcelos, em nota divulgada pela entidade. No último sábado, a categoria realizou uma carreta em Salvador para cobrar a inclusão nos grupos prioritários da vacinação, como prévia da paralisação agendada para esta terça.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/06/2019	Coluna: Economia



BRASIL PERDE 10 MILHÕES DE EMPREENDEDORES NA PANDEMIA



[admin](#) 8 Junho, 2021

A pandemia do coronavírus tirou mais de 10 milhões de brasileiros do empreendedorismo, sendo que as mulheres foram as que mais se viram obrigadas a fechar suas empresas. É o que revela o relatório da Global Entrepreneurship Monitor 2020 – pesquisa realizada no país pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ).

De acordo com o Sebrae, o número de brasileiros com um negócio estabelecido há pelo menos 3,5 anos desabou de 22,3 milhões em 2019 para 12 milhões em 2020. O encolhimento do empreendedorismo no país só não foi ainda maior porque continuou a crescer no ano passado o número de novatos.

O levantamento mostra que a taxa de empreendedorismo no total da população adulta no país caiu para 31,6%, contra 38,7% em 2019, atingindo o menor patamar dos últimos 8 anos.

“De cada 10 pessoas adultas empreendedoras que saíram do mercado, com a pandemia, aproximadamente 7 eram mulheres”, destaca o presidente do Sebrae, Carlos Melles, acrescentando que muitas se viram obrigadas a cuidar da família – diminuindo, assim, a participação feminina no mundo dos negócios.

A pesquisa Global Entrepreneurship Monitor foi aplicada em 2020 em 46 países. No Brasil, foram realizadas 2 mil entrevistas com pessoas entre 18 e 64 anos entre os meses de julho e outubro de 2020. (G1)

Foto: Getty Images via BBC

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 08/06/2019	Coluna: Economia



IGP-DI AUMENTA 3,40% EM MAIO E SOBE MAIS DE 36% EM 12 MESES



[admin](#) 8 Junho, 2021

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou inflação de 3,40% em maio, percentual superior ao apurado no mês anterior, quando havia registrado taxa de 2,22%, informou nesta terça-feira (8) o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Com este resultado, o índice acumula alta de 14,13% no ano e de 36,53% em 12 meses, pressionado pela inflação ao produtor. Em maio de 2020, o índice havia variado 1,07% e acumulava elevação de 6,81% em 12 meses.

Segundo a FGV, entre as maiores pressões no mês, a predominância foi de commodities como: minério de ferro (de 4,63% para 17,03%), cana-de-açúcar (de 2,75% para 19,30%) e café (de 1,23% para 10,65%).

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 4,20% em maio, ante 2,90% em abril. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais subiu de 0,99% em abril para 1,73% em maio. O principal responsável por este avanço foram os alimentos processados, cuja taxa passou de 2,32% para 3,30%.

A taxa do grupo Bens Intermediários passou de 3,57% em abril para 2,28% em maio. Já o estágio das Matérias-Primas Brutas subiu 7,65% em maio. Em abril, a taxa havia registrado variação de 3,78%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou 0,81% em maio, contra 0,23% em abril. Cinco das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação: Transporte (-0,13% para 1,48%), Habitação (0,21% para 1,72%), Vestuário (0,19% para 0,65%), Educação, Leitura e Recreação (-0,75% para -0,70%) e Despesas Diversas (0,27% para 0,28%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 2,22% em maio, ante 0,90% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de abril para maio: Materiais e Equipamentos (1,99% para 2,81%), Serviços (0,88% para 1,13%) e Mão de Obra (0,00% para 1,92%). (G1)

Foto: Freepik

Refis em discussão no Congresso deve incluir parcelamento de dívidas anteriores à pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O projeto do novo Refis, o programa de parcelamento de débitos tributários, preparado pelo Congresso Nacional, deve abranger também dívidas anteriores à pandemia da Covid-19 e permitir que as empresas usem o prejuízo fiscal como crédito para abater o valor a pagar de impostos acumulados (crédito de prejuízo) em anos anteriores. Essas duas medidas vão ser incluídas no projeto em tramitação no Senado, segundo disse o relator do projeto e líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), ao jornal O Estado de S. Paulo.

A publicação aponta que o projeto também vai facilitar as condições da negociação direta entre os devedores e o governo para a solução de conflitos fiscais, a chamada "transação tributária". Na prática, ele vai elevar de 50% para 70% o desconto do valor total da dívida nessa modalidade, o que vai permitir descontos de até 100% sobre as multas e juros e encargos com abatimento de até 70%. Já o valor que o governo deve

deixar de arrecadar com uma nova rodada do Refis vai depender das condições do novo programa e da adesão das empresas.

De acordo com a publicação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer vincular a habilitação do programa à redução do faturamento durante a pandemia para aceitar o Refis. A intenção é limitar em 15% a queda mínima que uma empresa precisa ter sofrido para aderir ao programa. Com isso, as condições serão mais favoráveis à medida que o tombo também for maior.

Quanto ao pagamento da parcela à vista, a oscilação será de 20% a 2,5%, também de acordo com o tamanho da redução - quanto mais crítica a situação, menor a parcela. 'Muitas empresas têm prejuízos fiscais acumulados, que elas não usam ou vão usando de forma pequena. Agora, esse será um instrumento poderoso para ter uma redução ainda maior daquilo que elas vão pagar', disse Bezerra ao jornal.

Para habilitar o programa, o Senado deve solicitar uma nova análise de entendimento de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), que prevê que a perda de receita que o governo abrirá mão com os descontos seja compensada com base na **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF).

Por outro lado, tanto no Senado quanto na Câmara, há resistências em vincular o Refis às empresas que perderam faturamento durante a pandemia. O Ministério da Economia quer limitar o programa às empresas, deixando de fora as pessoas físicas, mas parlamentares

contrários defendem que o Refis seja amplo. Bezerra pontua que esse tópico ainda não está concluído.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Lei de Responsabilidade Fiscal



Novo Refis vai incluir o parcelamento de dívidas anteriores à pandemia

Ideia é que a empresa com queda de receita superior a 15% possa aderir ao programa, que deve dar descontos de até 70% no valor da dívida; quanto maior o tomo no faturamento, melhores serão as condições

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

08 de junho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O novo **Refis** (parcelamento de débitos tributários) preparado pelo **Congresso** vai abarcar também dívidas anteriores à pandemia da **covid-19** e permitir o aproveitamento pelas empresas do prejuízo fiscal como crédito para abater o valor a pagar de impostos acumulados (crédito de prejuízo) em anos anteriores. As duas medidas serão incluídas no projeto em tramitação no **Senado**, segundo antecipou ao **Estadão** o relator e líder do governo, senador **Fernando Bezerra (MDB-PE)**. O projeto, incluído no fatiamento da **reforma tributária**, também facilitará as condições da negociação direta entre os devedores e o governo para a solução de conflitos fiscais – chamada tecnicamente de transação tributária. O parecer vai elevar de 50% para até 70% o desconto do valor total da dívida nessa modalidade. A medida permitirá descontos de até 100% sobre multas; já juros e encargos terão abatimento de até 70%. As empresas que optarem pelo instrumento também poderão aproveitar o crédito do prejuízo fiscal.

O valor que o governo deve abrir mão da arrecadação com uma nova rodada do Refis vai depender das condições do novo programa e do nível de adesão das empresas.

Para aceitar o Refis, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, quer vincular a habilitação ao programa à redução do faturamento durante a pandemia. A ideia é que a empresa que tiver tido uma queda superior a 15% possa aderir ao Refis. As condições serão mais favoráveis à medida que o tombo no faturamento for maior.

O pagamento da parcela à vista, que é exigida, vai oscilar de 20% a 2,5%, conforme o tamanho da queda do faturamento. Quem estiver em situação pior vai pagar uma parcela à vista menor. As empresas com maior dificuldade também poderão aproveitar um percentual maior de crédito do prejuízo fiscal para quitar a dívida. “Muitas empresas têm prejuízos fiscais acumulados, que elas não usam ou vão usando de forma pequena. Agora, esse será um instrumento poderoso para ter uma redução ainda maior daquilo que elas vão pagar”, explicou Bezerra.

Guedes aceitou mais um programa de parcelamento para que as empresas possam limpar o passado, o que ele chama de “passaporte tributário” para o futuro de crescimento. “Dá desconto de 70%, o cara paga”, disse Guedes na semana passada.

TCU

Para reforçar as condições do Refis, o **Senado** deve pedir ainda esta semana o reexame de entendimento de acórdão do **Tribunal de Contas da União (TCU)** que determina que a perda de receita que o governo abrirá mão com desconto de multas, juros e encargos seja compensada com base na **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

Para a transação tributária, diz o relator, o TCU já consolidou entendimento de que não há renúncia a ser compensada porque esse é um crédito de difícil recuperação. Segundo Bezerra, a consultoria do Senado tem parecer que contesta a necessidade da compensação também para o Refis. Com base nessa manifestação da consultoria legislativa, o Senado vai pedir ao TCU uma releitura do entendimento de 2019.

Resistências

Na Câmara e também no Senado, há resistências em vincular o Refis às empresas que perderam faturamento com a pandemia, como quer Paulo Guedes. A Economia também quer restringir o programa às empresas, sem alcançar as pessoas físicas.

Parlamentares pressionam para que o Refis seja amplo, aberto a todas as empresas e também às pessoas físicas. Esse ponto ainda não está fechado, admite Bezerra.

“Não existe empresa meio grávida. Todas as empresas, com raríssimas exceções, estão com problemas”, diz **Vivien Suruagy**, presidente da **Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra)**.

O presidente da **Confederação Nacional de Serviços (CNS)**, **Luigi Nese**, disse que prefere como socorro o financiamento de baixo custo das empresas do que programas de Refis, mas ressaltou que neste momento da pandemia discriminar as empresas não é bom. “Como vai diferenciar A de B. O Refis tem de ser amplo.”

Os parlamentares querem aprovar no mesmo projeto um Refis também para as empresas que pagam pelo Simples, sistema simplificado de tributação para as micro e pequenas empresas. O time do ministro Guedes, porém, quer fazer o Refis do Simples em projeto separado, segundo Bezerra.

Entre os tributaristas que acompanham de perto a evolução das negociações do novo Refis, a percepção é de que Guedes aceitou melhorar as condições da transação para desestimular o Refis. Tradicionalmente, a equipe econômica é refratária à edição de Refis sucessivos porque entende que eles estimulam a existência do contribuinte “devedor contumaz”, que adere ao programa para conseguir a certidão negativa de débitos e depois volta a deixar de pagar.

Para o tributarista **Luiz Bichara**, o aproveitamento do crédito do prejuízo fiscal será muito importante. Hoje, está limitado a 30% por ano. “Enquanto o efeito da crise vem de uma vez, a recuperação tem de se dar com essa trava imposta pelo Fisco.”

Entenda

Congresso prepara mais um Refis, parcelamento de dívidas tributárias; veja os principais pontos:

- **Alcance da renegociação:**

Renegociações de dívidas antigas e não apenas as contraídas na pandemia da covid-19.

- **Transação tributária:**

Aperfeiçoamento desse mecanismo de negociação de dívidas que é feito diretamente com a PGFN (área jurídica do Ministério da Economia). Ela faz uma avaliação de risco em relação ao crédito tributário. Só se habilita à transação as empresas que tiveram o risco de realização do crédito mais baixo, na faixa de “C” e “D” num rating de classificação da capacidade de honrar. Abre a porta para uma negociação mais benéfica. O relator vai elevar de 50% para 70% o total da dívida que pode ser descontado.

- **Prejuízo fiscal:**

É decorrente do resultado negativo que a empresa registrou e que pode ser compensado com os lucros positivos que foram obtidos em anos posteriores. O prejuízo pode ser compensado até o limite de 30% no imposto a ser pago. O projeto vai permitir o aproveitamento de crédito desse prejuízo acumulado para pagar as dívidas numa velocidade maior tanto no Refis como na transação tributária.

- **Previsão de aprovação no Senado e na Câmara:**

Até 15 de julho.



Regime de Recuperação Fiscal, um marco

NELSON ROCHA



A adesão do Estado do Rio ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), pactuado e aceito recentemente pelo governo federal, demarca inequívoco ponto de inflexão na curva de desempenho da economia fluminense. Alterar a trajetória de estagnação e recessão das últimas quatro décadas para um vetor de crescimento sustentável é tarefa árdua, que ultrapassa compromissos de qualquer gestão. Trata-se de ambicionar a implementação de política institucional de Estado com reflexos geracionais, e não mais episódicos. Conduzida com responsabilidade e firme compromisso político, a recuperação da economia fluminense, a partir da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento, resultará no mais importante marco histórico para o Estado do Rio, desde sua consolidação com a fusão, ocorrida em 1975, com o antigo Estado da Guanabara.

O novo RRF é um caminho realista e nos ajudará a encerrar, definitivamente, o ciclo de decadência econômica e social espelhado nos indicadores estatísticos. Um período agravado com o nó górdio que a pandemia nos delegou, autêntico terremoto sobre os escombros que já estavam evidentes na fase pós-crise política e financeira registrada a

partir de 2015, com fechamento de empresas, aumento do desemprego, deterioração social e consequente queda na arrecadação.

O otimismo quanto ao novo Regime é justificado. Ultrapassa soluções simplistas, pois os compromissos práticos são evidentes: o

O RRF é um caminho realista e ajudará o estado a encerrar, definitivamente, o ciclo de decadência econômica

Estado do Rio deixará de arcar, temporariamente, com pesados pagamentos do serviço de sua dívida junto à União, cifra superior a R\$ 172 bilhões. Com a adesão, a despesa com o serviço da dívida cai, até 2023, de aproximadamente R\$ 44 bilhões para cerca de R\$ 9,4 bilhões. Números que refletem a nova arquitetura institucional e política de aliança permanente entre os Poderes estaduais, visando a cenários de longo prazo e estabilidade fiscal. O emblemático leilão da Cedae, com ágio médio de 133 %, e as investigações legislativas em trâmite sobre os critérios adotados nas participações especiais e nos royalties do petróleo são exemplos atuais e auspiciosos dessa nova etapa de entendimento.

Para fazer jus à melhoria nas condições de pagamento da dívida, o Estado do Rio terá que apresentar, nos próximos seis meses, um pacote exequível de medidas que garantam o equilíbrio fiscal por dez anos. Com endividamento líquido três vezes maior que a sua receita líquida,

o grande desafio do estado é obter o ajuste sem desmantelar a máquina pública, sem deteriorar a prestação de serviço e, ainda, recuperando a capacidade de investimento. Equilíbrio fiscal ancorado, obviamente, em soluções objetivas, mas cuja essência é a pedra angular de qualquer ajuste: criatividade na busca de receitas e controle milimétrico de despesas. Ou seja, tratar de forma responsável e verdadeira a situação das finanças públicas estaduais.

O novo Regime reforça, ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal e exige, além do rigoroso controle dos gastos públicos, venda de ativos, aprofundamento das reformas administrativa e previdenciária e a limitação da concessão de novos incentivos fiscais. O grande impulso, porém, nascerá no âmbito da receita. Liberado dos pesados encargos da dívida com a União, o Estado do Rio poderá melhorar a atuação nas áreas críticas (saúde, educação e segurança) e investir na retomada do crescimento, com a implantação de políticas de atração de negócios baseadas em excelência logística, sustentabilidade, conhecimento, turismo, cultura e tecnologia, além do petróleo e seus derivados, desdobramentos conjugados com a natureza vocacional da economia fluminense.

Assim, recuperaremos o otimismo e em bases factíveis e sem inócuos e perversos voluntarismos.



Nelson Rocha é secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro

O GLOBO | Terça-feira 8.6.2021

Mesmo autorizada, Sputnik não chegará de imediato

Representantes do Consórcio Nordeste se reúnem hoje com fabricantes da vacina para definir entrega; processo até a imunização pode demorar 30 dias

MELISSA DUARTE E
PAULA FERREIRA
societade@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com a importação excepcional autorizada, com restrições, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a vacina Sputnik V não chegará de imediato aos brasileiros. Não há, ainda, definição do cronograma de entrega de doses, e governadores terão que repactuar a compra com o Fundo Russo. Está prevista para hoje uma nova reunião de representantes do Consórcio Nordeste com os fabricantes da Sputnik V para definir a entrega. Ontem, secretários estaduais de saúde participaram de uma reunião com diretores da Anvisa para sanar dúvidas sobre o processo de importação da Sputnik V, que exige, entre outros pontos, a assinatura de um termo de compromisso. O trâmite completo até a vacinação de fato, segundo técnicos da agência, pode chegar a 30 dias.

A expectativa é que até a semana que vem os estados assinem o termo exigido pela Anvisa, mas o processo com-



Processo demorado. Após a importação excepcional, as doses ainda serão analisadas lote a lote

pleto deve demorar mais, já que os detalhes de acompanhamento da imunização devem ser definidos em acordo com a Anvisa. Após a importação excepcional, deverá haver, ainda, a análise lote a lote das doses. "Uma das principais necessidades é o delineamento

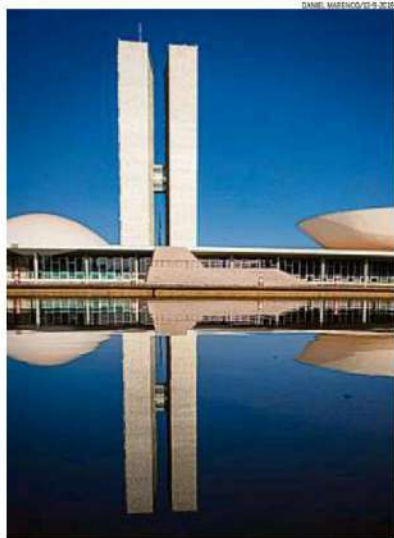
do estudo de efetividade e do monitoramento", diz nota da agência.

Por enquanto, só adultos de 18 a 60 anos sem doenças prévias poderão receber a vacina. Entre as condicionantes da importação estão a não utilização em grávidas, puérperas e lactantes.

IMPACTO FISCAL EM UMA DÉCADA

REFORMA ADMINISTRATIVA

Inclusão de militares, parlamentares, juízes e procuradores traria economia de R\$ 31,4 bi



Legislativo. Reforma avança no Congresso, mas não inclui parlamentares



Judiciário. Emendas querem incluir magistrados e membros MP na proposta



Forças Armadas. As carreiras militares ficaram fora da PEC que altera os civis

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@brasilglobo.com.br
BRASIL

A inclusão dos chamados membros de Poder — como parlamentares, procuradores e magistrados — e militares na reestruturação de carreiras públicas prevista na reforma administrativa poderia gerar economia de R\$ 31,4 bilhões aos cofres públicos em dez anos. É o que aponta um levantamento do economista Daniel Duque, líder da área de inteligência técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), feito a pedido do GLOBO.

O governo não incluiu essas categorias na proposta que muda regras para os futuros servidores encaminhada ao Congresso no ano passado. Está marcada para hoje uma reunião com todos os líderes para discutir méritos, ritos e procedimentos de tramitação da reforma no âmbito da Comissão Especial, informou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele reforçou que as mudanças não atingem os atuais servidores e que o assunto será tratado com "cuidado e responsabilidade".

No caso de membros do Ministério Público e juizes, que integram o Judiciário, a justificativa dada pelo governo foi a de que o Executivo não pode interferir nos demais Poderes. O Ministério da Economia afirmou na ocasião que o projeto era voltado apenas para servidores civis e, portanto, não poderia tratar dos militares. Em 2019, foi aprovada uma reestruturação de carreiras. Em 2020, porém, as despesas com pessoal aumentaram 17% a mais do que o previsto.

As projeções do CLP mostram que o maior impacto seria o de eventual inclusão de militares na reforma, porque eles são mais numerosos. As Forças Armadas têm cerca de

334 mil na ativa. Os cálculos de Duque mostram que se a categoria fosse submetida a uma reforma semelhante à planejada para os civis, o governo poderia economizar R\$ 17,3 bilhões em dez anos só com reajustes menores.

A inclusão de membros de Poder resultaria numa economia estimada de R\$ 14,1 bilhões em dez anos. Nesse caso, o alívio aos cofres públicos ocorreria também com aumento de horas trabalhadas.

— Membros de Poder têm uma jornada média menor que a do setor privado, de modo que pode haver economia com reposição menor destes profissionais com base no aumento de horas trabalhadas — diz o economista.

TRAMITAÇÃO DA PEC AVANÇA

Para fazer o cálculo, Duque considerou a relação renda/hora efetiva e habitual, medindo o que se ganha em salários e benefícios, a reposição menor de servidores com base no aumento de horas efetivamente trabalhadas e os reajustes menores ao longo dos anos, decorrentes de mudanças nas carreiras.

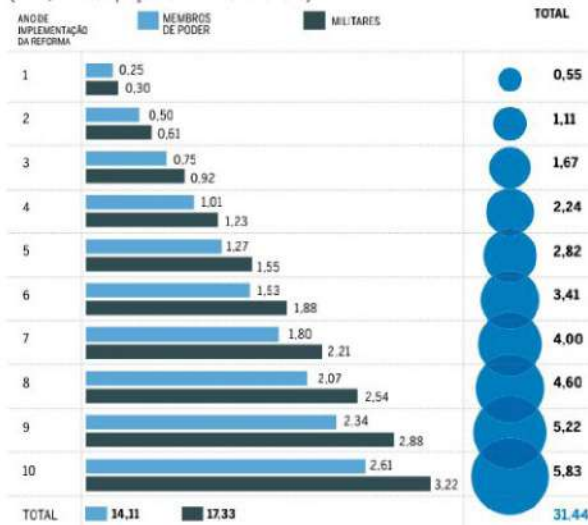
Foi no reajuste que apareceu a diferença mais significativa. Isso porque a reforma acabaria com a progressão automática, entre outros mecanismos de aumento inercial dos salários, como gratificações por tempo de serviço.

— A economia nesse reajuste é elevada porque a massa salarial é elevada — pontua Duque, que estimou renda média de R\$ 8.990 mensais, considerando a soma habitual e efetiva, aos quase 411,4 mil servidores em funções militares ou no Judiciário.

Para ele, o montante que seria economizado no longo prazo é um valor do qual o governo não deveria abrir mão: — Membros de Poder têm

ECONOMIA EM DEZ ANOS COM INCLUSÃO DE MEMBROS DE PODER NA REFORMA

(em R\$ bilhões a preços do 4º trimestre de 2020)



Fonte: Daniel Duque/Centro de Liderança Pública com dados da PHAD

Editoria de Arte

de entrar na reforma, sem dúvida. São a classe mais privilegiada de servidores.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa, entregue pelo governo ao Congresso em setembro de 2020, só começou a tramitar de fato este ano. Em maio, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e agora vai para a Comissão Especial, que pode fazer alterações de mérito no texto.

Serão 34 deputados titulares e igual número de suplentes. Parlamentares tentam, por meio de emendas à PEC, incluir os membros de Poder. Autor de uma das emendas,

Kim Kataguiri (DEM-SP) depende de 30 assinaturas para fazer o pedido de inclusão:

— É fundamental incluir os membros de Poder. Se não tiver essa inclusão, não vale a pena ter reforma. Para fazer uma reforma administrativa, é preciso começar pelo topo. Se for fazer só para a base, é melhor não fazer.

CATEGORIAS RESISTEM

Entidades que representam categorias do Judiciário contestam a inclusão na reforma administrativa. A alegação é de que apenas o Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNI), poderia enca-

minhar proposta para mudar as regras de servidores da categoria, como magistrados e procuradores da República. Mas não há consenso entre juristas sobre isso. Especialistas consultados pelo GLOBO entendem que a inclusão dessas categorias pode ser feita via emenda de parlamentares. Deputados argumentam que não estão reestruturando as carreiras, apenas estabelecendo limites orçamentários.

Para o coordenador do Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, Tiago Mitraud (Novo-MG), a tendência é que a discussão sobre a inclusão ganhe força na Comissão Especial. O Novo tam-

bém tem uma emenda nesse sentido e segue na coleta de assinaturas para emplacá-la.

De acordo com parlamentares, os partidos de esquerda têm sido mais resistentes: como são contrários à reforma administrativa como um todo, não apoiam emenda.

— Os partidos de esquerda vão ter que sair dessa posição de só negar a reforma e buscar como melhorar, trabalhando as críticas e contribuindo para acabar com esses privilégios. Além de incluir membros de Poder, temos que incluir os atuais servidores — afirmou Mitraud.

SERVIDOR ATUAL BLINDADO

A ampliação da reforma para atuais servidores seria tarefa bem mais complexa, porque contraria um pedido feito claramente pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Quando comunicou a criação da Comissão Especial, o presidente da Câmara fez uma única ressalva, em relação aos atuais servidores:

— Vamos conversar sobre os ajustes necessários, ressaltada a palavra dessa presidência de que não admitirá, em hipótese alguma, nenhum ataque aos servidores atuais, ao direito adquirido, a tudo que está posto hoje na legislação. Se vier a ser aprovada, esta matéria terá efeito a partir de agora em diante, no modelo mais moderno para o sistema público brasileiro.

O anúncio foi feito após uma semana de sinais trocados, em que se aventou a possibilidade de o governo não mais trabalhar pela aprovação da reforma administrativa. O assunto foi alvo de uma provocação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que questionou o interesse do governo em avançar com a reforma em ano pré-eleitoral.

‘Ninguém vai impor nada a ninguém’, diz negociador do Mercosul

ELIANE OLIVEIRA
oliane@b3b.globo.com.br
BRASÍLIA

P principal negociador do Brasil no Mercosul, o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty, disse ao GLOBO que

não há interesse em impor uma nova Tarifa Externa Comum (TEC) aos argentinos e demais membros do bloco.

Segundo ele, o governo brasileiro se mantém firme na defesa da reforma da TEC e da flexibilidade para fazer acordos com terceiros fora do bloco, mas o momento é de bus-

car convergências:

—Ninguém vai impor nada a ninguém. Vamos negociar.

Enquanto o Itamaraty apela para a diplomacia, a equipe econômica defende a abertura comercial do Brasil, com ou sem a Argentina.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, teria ficado ir-

ritado com uma carta de apoio à Argentina, assinada pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e divulgada no fim da semana passada.

Ontem, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competividade do Ministério da Economia, Carlos Alexan-

dre Da Costa, chamou o documento de “abraço de afogado”.

“Lula e FHC, que destruíram as empresas com o Custo Brasil de R\$ 1,5 trilhão anual, aceitam o abraço do afogado e protestam contra a abertura comercial que iniciamos”, disparou Da Costa em uma rede social. E disse que o go-

verno vai baixar em 10% as alíquotas de importação, o que vai “fortalecer a competitividade de nossas indústrias”.

O Brasil propôs reduzir a TEC, usada no comércio com países fora do Mercosul, em 10% agora e mais 10% no fim do ano. A Argentina, temendo prejuízos, é contra.

Segundo Costa e Silva, a Argentina se comprometeu a apresentar propostas sobre a TEC e a flexibilização.

Governo deve prorrogar auxílio por 2 meses antes de mudar Bolsa Família

Reformulação do programa social permanente prevê voucher de R\$ 250 para mãe com filho pequeno pagar cuidador

GERALDA DOCA
E FERNANDA TRISOTTO
escritoras@oglobo.com.br
BRASILIA

O governo deve prorrogar o auxílio emergencial por dois meses, segundo fontes que acompanham as negociações para estender o benefício. O número de parcelas extras, no entanto, pode chegar a três, dependendo da evolução da pandemia de Covid-19.

A prorrogação do auxílio faz parte do plano do Executivo para evitar que a população mais vulnerável fique descoberta enquanto a reformulação do Bolsa Família não sai do papel. Parte da prorrogação será bancada com cerca de R\$ 7 bilhões

que sobraram do limite de R\$ 44 bilhões autorizado pelo Congresso para pagar a rodada do benefício neste ano. Esse valor seria suficiente para mais uma parcela.

O restante será financiado com a edição de uma medida provisória (MP) de crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o aumento de despesas à inflação), de R\$ 12 bilhões. Com isso, as duas parcelas extras custarão R\$ 19 bilhões.

A nova rodada deve manter os valores de R\$ 150 (para pessoas que moram sozinhas), R\$ 375 (para mães chefes de família) e R\$ 250 (para os demais casos). O número de famílias beneficiadas deve ficar em 39,2 milhões.

Após a prorrogação do auxílio, o governo deve turbinar o Bolsa Família, reajustando o tiquete médio do benefício para R\$ 250. Hoje, este valor está na faixa dos R\$ 190. Também está prevista a ampliação do número de famílias atendidas, hoje em 14,6 milhões.

AGRICULTURA FAMILIAR

Essa ampliação será bancada com a economia de recursos do orçamento do Bolsa Família para este ano, já que a maioria dos beneficiários migrou para o auxílio emergencial. Dos R\$ 34,8 bilhões reservados para o Bolsa Família neste ano, o governo gastou até agora R\$ 10,4 bilhões.

Esse passo ocorreria antes de uma reformulação comple-



Fila na Caixa. Parte da prorrogação do auxílio será bancada com sobra dos R\$ 44 bilhões autorizados pelo Congresso

ta do programa, que começaria a ser discutida neste ano, mas só entraria em vigor em 2022. Na nova versão do Bolsa Família, o repasse em dinheiro deve ser complementado por outros tipos de auxílios, como um voucher para que mães que precisem deixar os filhos pequenos para trabalhar tenham acesso a creches.

Em uma versão mais recente da proposta, um vale de R\$ 250 poderia ser usado também para pagar cuidadores de crianças, que poderiam ser até parentes dos beneficiários. Para garantir que o serviço de cuidador seja de fato ofere-

cido, seriam feitas visitas nos domicílios para avaliar a qualificação da pessoa indicada para fazer o serviço.

Em outra frente, o governo pretende fazer uma ligação entre o Bolsa Família e o atual Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A ideia é dar uma ajuda financeira às famílias para que elas possam plantar, colher e vender a produção ao governo federal.

Também por meio da plataforma do novo programa, o governo pretende captar vagas, entrando em contato com empregadores "anjos" dispostos a treinar e empregar pessoas de

baixa renda. O plano prevê a criação de um selo para essas empresas, segundo fontes.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contudo, defende que o auxílio não deve ser postergado e seja substituído pela reformulação do Bolsa Família ainda este ano:

— O auxílio deve ficar entre julho e agosto. Eu não acho que a melhor solução seja postergá-lo. Nós temos que ter um projeto viável para, ainda antes do recesso, votar um projeto de renda permanente em substituição ao Bolsa Família, inclusive sendo socialmente mais palatável.

SELIC ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SELIC](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/selic))

JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

COPOM ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COPOM](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/copom))

Concentração bancária cai em 2020 com menor participação de bancos públicos

As cinco maiores instituições do país têm 68,5% do mercado de crédito, queda de 1,3 ponto percentual em relação a 2019, segundo relatório do BC

7.jun.2021 às 9h56

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

Larissa Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/larissa-garcia.shtml>)

BRASÍLIA A participação dos cinco maiores bancos do país no mercado de crédito (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/e-so-ir-no-banco-e-fazer-emprestimo-diz-bolsonaro-sobre-ampliacao-do-auxilio-emergencial.shtml>) caiu em 2020, mas o grupo ainda concentra 68,5% do mercado de crédito brasileiro, segundo relatório divulgado pelo BC (Banco Central) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/mercado-eleva-projecao-de-alta-do-pib-para-436.shtml>) nesta segunda-feira (7).

O percentual leva em conta também o setor não bancário, que engloba fintechs de crédito (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/banco-central-facilita-abertura-de-conta-em-fintechs.shtml>) e cooperativas, por exemplo.

Quando se considera apenas o setor bancário (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/236-milhoes-pagam-juro-acima-da-media-do-mercado-veja-como-baratear-emprestimo.shtml>), as grandes instituições possuem 79,2% das operações, queda de 1,5 ponto em relação a 2019. Apenas entre bancos com carteiras

comerciais, a concentração dos cinco maiores chega a 81,8%, redução de 1,9 ponto.

Os cinco maiores bancos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bancos-projetam-que-ate-60-ips-podem-movimentar-r-100-bi-no-ano.shtml>) do país são Bradesco, Banco do Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/lucro-do-banco-do-brasil-sobe-33-no-primeiro-trimestre-do-ano-com-r-49-bi.shtml>), Caixa Econômica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/caixa-troca-diretoria-para-implementar-operacao-limpeza-da-funcef.shtml>), Santander (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/piora-da-pandemia-forca-santander-brasil-a-voltar-atras-em-trabalho-presencial.shtml>) e Itaú (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/itau-preve-executar-compra-de-fatia-adicional-da-xp-no-inicio-de-2022.shtml>).

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto - Raul Spinassé - Folhapress)

De acordo com o documento, os bancos públicos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-quer-novo-programa-emergencial-de-credito-a-pequenas-e-medias-empresas.shtml>) perderam participação no crédito. O Banco do Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/apos-troca-de-presidente-banco-do-brasil-tem-renuncia-de-dois-vices.shtml>), a Caixa e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) reduziram a participação de 48,9% em 2018 para 42,8% em 2020.

Segundo o BC, uma parte da fatia foi distribuída entre instituições menores e outra entre os maiores bancos privados.

"Não conseguimos desagregar para ver quanto disso é efeito dos novos entrantes [fintechs e bancos digitais] mas o que está acontecendo é uma diminuição da concentração e a gente vê a entrada de novos atores", ressaltou o diretor de Organização do Sistema Financeiro do BC, João Manoel Pinho de Mello.

"Pouco mais da metade da diminuição de concentração é a realocação de

bancos muito grandes públicos para bancos grandes privados, o que é positivo porque também é desconcentração, e 40% seria de atores que não são os cinco maiores ganhando espaço", detalhou o diretor.

"Tal fato denota que a redução da participação dos principais bancos públicos se deu, em parte, vis-à-vis o aumento da participação de instituições que não se encontram entre as cinco maiores instituições, o que contribui para o incremento das condições concorrenciais quando se considera exclusivamente os índices de concentração", disse o texto.

"Especificamente em relação ao segmento de crédito rural, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, a concentração vem declinando, refletindo um aumento de participação dos demais bancos comerciais e múltiplos e das cooperativas de crédito. Em contraste, no segmento de crédito imobiliário, a CEF manteve a sua participação no patamar de 70%", completou.

A concentração também caiu no saldo depositado em contas-correntes por clientes. Em 2020, os cinco maiores bancos tinham 67% dos depósitos, 2,8 ponto percentual a menos que no ano anterior.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) OU na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

Governo amplia busca de térmicas emergenciais para evitar racionamento

Além de usinas a gás, contratação temporária pode incluir projetos com óleo ou biomassa

7.jun.2021 às 19h09

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

RIO DE JANEIRO O MME (Ministério de Minas e Energia) ampliou o leque de usinas termelétricas sem contrato (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/governo-acionara-termicas-sem-contrato-para-evitar-acionamento-de-energia.shtml>) que podem ser usadas para tentar evitar um racionamento de energia em 2021. Portaria divulgada nesta segunda-feira (7) abre a possibilidade de acionamento de usinas a outros combustíveis além do gás natural.

Uma primeira portaria sobre o tema havia sido publicada no início do mês permitindo o acionamento de térmicas a gás que estão hoje sem contrato. São usinas que vendem energia exclusivamente no mercado de curto prazo e agora podem ser integradas temporariamente ao sistema.

Com a nova portaria, poderão ser acionadas também usinas a óleo ou biomassa, por exemplo, ampliando a capacidade de geração térmica do país e reduzindo os riscos de impacto de eventual falta de energia na retomada econômica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/risco-de-falta-de-energia-e-escassez-de-insumos-na-industria-podem-cortar-ate-1-ponto-do-pib.shtml>).

Governo avalia prorrogar auxílio emergencial até setembro com custo extra de R\$ 18 bi

Sob argumento de que é preciso aguardar vacinação, programa deve ser ampliado até setembro com mesmo público e parcelas

7.jun.2021 às 18h56

Atualizado: 7.jun.2021 às 19h04

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

Thiago Resende (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-resende.shtml>)

BRASÍLIA O governo está desenhando uma nova prorrogação do auxílio emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/auxilio-emergencial-e-uma-arma-que-nos-temos-e-pode-ser-renovado-diz-guedes.shtml>). O plano é estender o benefício por mais dois meses, com previsão de encerramento em setembro deste ano.

Com o número maior de parcelas, o governo terá mais prazo para que seja finalizada a proposta de programa social que deverá substituir o Bolsa Família. Os detalhes estão sendo acertados entre o presidente Jair Bolsonaro e os ministros Paulo Guedes (Economia) e João Roma (Cidadania).

A ideia de estender o pagamento do auxílio emergencial vinha sendo tratada pela equipe econômica como uma possibilidade, a depender da evolução da pandemia. Agora, membros do Ministério da Economia afirmaram à **Folha** que a prorrogação é dada como certa.

sua assinatura pode valer ainda mais

Resultado da poupança cai em maio, mas permanece positivo

Segundo dados do BC, o investimento registrou entrada líquida de R\$ 72,6 milhões no mês, menor que o registrado em abril

7.jun.2021 às 15h36

Atualizado: 7.jun.2021 às 18h41



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

Larissa Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/larissa-garcia.shtml>)

BRASÍLIA Os depósitos em caderneta de poupança superaram os saques em R\$ 72,6 milhões em maio, segundo dados divulgados pelo BC (Banco Central) nesta segunda-feira (7).

O resultado da captação líquida –diferença entre entradas e saídas– é menor que o registrado em abril, quando foi positivo em R\$ 3,84 bilhões. No mês, a rubrica voltou a ser positiva após três meses de números negativos.

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS](https://www1.folha.uol.com.br/poder/folhajus))

STF ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/STF](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/stf))

STF retoma debate sobre tabagistas que não pagam tributo

Caso se arrasta há quase 15 anos

7.jun.2021 às 19h24

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

SÃO PAULO Está pautado para esta quinta-feira (10) no STF (Supremo Tribunal Federal) (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/stf-julga-acao-da-lei-seca-e-restaurantes-ainda-questionam-bafometro.shtml>) a retomada do debate sobre o cancelamento do registro de empresas tabagistas com tributos inadimplentes, fornecido pela Receita.

A ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) tramita na Corte há 14 anos e foi protocolada pelo PTC (Partido Trabalhista Cristão), que contesta a cassação do registro.

Atualmente com sete votos parcialmente a favor do pedido do PTC —que podem ser ajustados até o resultado— o STF agora precisa definir as regras que vão determinar de que forma as empresas continuarão funcionando quando houver inadimplência e as condições para o cancelamento do registro. O único voto contra a proposta foi do ministro Luiz Fux, atual presidente da Corte.

com **Mariana Grazini** e **Andressa Motter**

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ([https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)

[paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)) ou na Google Play ([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/06/stf-retoma-debate-sobre-tabagistas-que-nao-pagam-tributo.shtml>

OPINIÃO ARTHUR PRADO

Tributar heranças deveria unir da esquerda à direita

Redesenhar imposto implica valores tanto igualitários quanto meritocráticos

7.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/08/>)

Arthur Prado

Advogado da União, atua com litigância estratégica no Supremo Tribunal Federal; é mestre em direito pela USP, onde defendeu dissertação sobre fundamentos da tributação sobre herança

A reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria/>) está em pauta.

No Brasil, as propostas com mais chance de aprovação enfatizam simplificar e tornar mais eficiente nosso sistema. Pecam, porém, em lidar apenas tangencialmente com redistribuição de renda e riqueza. Como a tributação poderia atacar esse problema? Um ponto de partida promissor é o imposto sobre heranças (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/stf-suspende-taxacao-de-doacoes-e-herancas-no-exterior-mas-nao-permite-restituicao.shtml>).

Impostos sobre herança são comuns, embora não existam em todos os países. No Brasil, trata-se de um imposto de competência estadual, denominado ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/stf-inicia-julgamento-bilionario-sobre-itcmd-em-doacao-no-exterior.shtml>). Ele incide sobre transmissões de patrimônio que, no direito, chamamos de “gratuitas” porque não pressupõem contrapartida de quem recebe. Por isso, abrange tanto doações feitas em vida quanto a herança e o legado, que decorrem da morte.

Embora de competência estadual, a Constituição determina que a alíquota máxima do imposto seja estipulada pelo Senado Federal, que a limitou a 8% na resolução nº 9/1992. As alíquotas podem ser progressivas ou constantes e variam entre estados. Em São Paulo, é fixada em 4%. Há algumas isenções, como para imóveis de até R\$ 69.025.

É muito ou pouco? Difícil dizer. Um tributo é mais do que sua alíquota: é preciso saber sobre o que ele incide, como é cobrado, como combatem-se fraudes. Em comparação, nos Estados Unidos o tributo federal sobre heranças (“estate tax”) incide à alíquota de 40%, mas apenas sobre patrimônios que excedam US\$ 11,58 milhões; assim, a alíquota é muito maior do que a brasileira, mas só atinge cerca de 2.000 contribuintes por ano.

O fato é que, no Brasil e alhures, impostos sobre herança arrecadam pouco. Isso não é necessariamente um problema: desde sua origem, esse é um tributo voltado a redistribuir riqueza, igualar oportunidades e evitar a perpetuação de grandes concentrações de poder econômico —e não a financiar o Estado. Também é verdade, porém, que no começo do século passado esses impostos foram muito mais expressivos, chegando a 16,1% da receita total na Inglaterra entre 1908 e 1915 e 10% da receita federal dos EUA em 1936.

O potencial fiscal do imposto sobre heranças foi destacado em um recente relatório da OCDE (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/taxar-heranca-e-imposto-certo-no-momento-certo-afirma-ocde.shtml>) (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento), de 11 de março de 2021, que exortou os países-membros a considerar reformas sobre esse tributo (https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/inheritance-taxation-in-oecd-countries_e2879a7d-en). A entidade destaca que a baixa arrecadação pode, em boa medida, ser solucionada pelo redesenho do tributo, pelo emprego de instrumentos jurídicos e econômicos já à disposição dos países.

Talvez o motivo mais convincente para defender a tributação sobre heranças seja a eliminação de privilégios, e não só sob a ótica da esquerda. No liberalismo político há uma longa tradição —da qual John Stuart

Mill (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2018/10/a-falta-que-faz-o-liberal-john-stuart-mill.shtml>) é um

importante representante— que não vê proveito social ou individual na herança.

A sociedade perde porque a riqueza que poderia ser distribuída acaba concentrada em poucas mãos; o próprio herdeiro, por sua vez, também perde na medida que —acreditava Mill— tende a se tornar indolente e vaidoso diante da perspectiva de receber um grande patrimônio sem trabalhar por ele.

Liberais contemporâneos concordam. John

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2811200217.htm>) Rawls

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2811200217.htm>), autor da teoria da justiça mais

relevante do século 20, defende um imposto robusto sobre heranças. Ronald

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/classificar-livro-do-filosofo-ingles-roger-scruton-como-panfletario-e-desleal.shtml>) Dworkin

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/classificar-livro-do-filosofo-ingles-roger-scruton-como-panfletario-e-desleal.shtml>), para quem justiça é igualdade de recursos,

também. Ambos comprometem-se com um princípio de igualdade de

oportunidades, que está na raiz dos valores liberais: todos devemos ter, independentemente de contingências do nascimento, oportunidades

semelhantes de sucesso. Heranças funcionam como uma “loteria” social, que

constitui um entrave à concretização desse princípio.

Devemos tributar melhor as heranças no Brasil. Redesenhar o tributo vai além de aumentar sua alíquota e depende de um delineamento normativo complexo, apto a lidar com as dificuldades da sua administração. Trata-se, porém, de um passo na direção da redução das desigualdades de renda e riqueza, que, por sua inspiração tanto igualitária quanto meritocrática, tem potencial para nos unir da esquerda à direita.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Acordo global para taxar múltis daria € 900 milhões ao Brasil

Cobrança de 15% evitaria perdas de impostos com paraísos fiscais

Por Assis Moreira — De Genebra

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

O Brasil poderá obter € 900 milhões (R\$ 5,53 bilhões) de arrecadação adicional por ano se impuser às multinacionais brasileiras a taxa global mínima de 15% por um futuro acordo tributário que poderá receber sinal verde do G-20 em julho em Veneza (Itália). A estimativa é do Observatório Europeu de Tributação, sediado em Paris e com financiamento da União Europeia.

A taxa global mínima será aplicada sobre os lucros das empresas no estrangeiro. Os governos continuarão podendo aplicar a taxa nacional sobre as empresas pelo percentual que quiserem. O que ocorrerá é que, se uma multinacional continuar desviando parte de seus lucros para paraísos fiscais com taxa pouca ou zero, o seu país de origem poderá cobrar a diferença até alcançar os 15% mínimos.

Mona Barake, uma das autoras do estudo do Observatório Europeu de Tributação, diz que levou em conta dados publicados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a entidade, foi 85 o número de multinacionais brasileiras que apresentaram relatório de taxa de operações no exterior às autoridades fiscais brasileiras em 2016. Suas diferentes subsidiárias dividiram onde registrar lucros: 34 escolheram Cayman; 18, as Ilhas Virgens Britânicas; 23, em Luxemburgo; 18, a Holanda; e 8, as Bahamas, onde a taxa é insignificante. E também em mercados com taxas mais normais, como Argentina, Chile, Colômbia e EUA.

A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) mostra que em 2018 duas empresas brasileiras integravam a lista das cem maiores múltis de emergentes: Vale, na 21ª posição, e JBS, na 59ª. De US\$ 88 bilhões de ativos da Vale, US\$ 33,2 bilhões estavam no exterior. E de US\$ 36,7 bilhões de vendas, US\$ 33,5 bilhões foram no estrangeiro. Por sua vez, 67,7% das operações da JBS eram transnacionais. De 230 mil empregados, 180 mil estavam no exterior.

Conforme a OCDE, o estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) do Brasil em outros países, portanto, alcançou US\$ 277,4 bilhões em 2020. Por sua vez, o estoque de IED no Brasil era de US\$ 608 bilhões.

Nesse cenário, o futuro acordo tributário global tanto dará espaço para a Receita Federal cobrar a diferença entre o imposto que uma subsidiária brasileira no exterior paga num paraíso fiscal (por exemplo, 2%) e a taxa mínima global de 15%, como poderá resultar em redução na otimização fiscal pelas múltis.

Multinacionais instaladas no Brasil transferem lucros de bilhões de dólares por ano para paraísos fiscais e com isso a perda tributária para o Brasil também é significativa. As cifras variam, conforme estudos publicados.

O acordo já passou no G-7, das maiores economias industrializadas, e a tributação em torno de “pelo menos 15%” de taxa mínima global foi recebido como positivo por boa parte de especialistas, mas também como insuficiente. E é apenas parte da história. Ainda haverá muita negociação no G-20 e depois envolvendo todos os 139 países participantes.

“O G-7 decidiu finalmente fazer avançar o sistema fiscal internacional para o século XXI, mas apenas o suficiente para se beneficiar desavergonhadamente a si próprio, deixando o resto do mundo para trás”, afirma Alex Cobham, diretor-executivo da ONG Tax Justice Network, focada em questões tributárias.

“Os ministros das finanças do G-7 propõem seguir as propostas da OCDE que assegurariam que o próprio G-7 ficasse com a parte do leão de quaisquer novas receitas fiscais, que, de qualquer modo, serão limitadas pela sua falta de ambição”, acrescenta. “Se o G-7 avançar com uma taxa mínima de 15% sob a abordagem profundamente desigual da OCDE, deixarão apenas pouco mais de US\$ 100 bilhões para outros países, ao mesmo tempo que ficarão com US\$ 170 bilhões para si próprios.”

A implementação da taxa global mínima da OCDE “é extremamente injusta, uma vez que dá a primeira oportunidade de recolher lucros para o país sede”, diz Cobham. “É por isso que o G-7 obterá mais de 60% das receitas adicionais, porque são sede para a maioria das grandes multinacionais. A nossa proposta, a METR, compartilha essa arrecadação igualmente entre países, de acordo com o local onde a multinacional tem a sua atividade real de vendas e emprego, e é isso que países como o Brasil deveriam exigir no G20, como mínimo.”

Uma fonte que acompanha as negociações confirma que se a França, por exemplo, aplicar a taxa mínima de 15%, e as multinacionais francesas pagam zero sobre o que ganham no Brasil, porque transferem tudo para as Bermudas, “então sim, a França pode arrecadar os 15%”. Mas, insiste a fonte, “o Brasil pode igualmente aplicar 15% nas multinacionais brasileiras que ganham dinheiro em México, Argentina ou Europa e movimentar os dólares para paraísos fiscais na busca de imposto zero”.

Para Cobham, países no G-20 podem sentir-se totalmente marginalizados, “mas podem retomar o poder, desafiando abertamente esta situação, pressionando por uma taxa mais elevada e insistindo numa distribuição equilibrada do imposto recuperado”.

Outra parte do acordo vai definir taxa sobre as cem maiores múltis com outra repartição da arrecadação. Como sabem que vão ter de pagar imposto mínimo em qualquer caso, por isso provavelmente deixarão mais lucros em países de mercado

como o Brasil, porque será mais barato fazê-lo do que gastar tempo com otimização que pode não funcionar. Assim, o Brasil terá uma base tributária mais elevada de multinacionais.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O pen drive mais poderoso e térmico em promoção

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Pen drive de 2tb que é moda na europa chega no Brasil

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

Inmetro aprova venda de robô autônomo que limpa piscinas, confira aqui

ROBÔ LIMPADOR DE PISCINA

LINK PATROCINADO

Extrato potente para diminuir a próstata em poucas semanas.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Bahia são mais baratas do que nunca

CASAS DE REPOUSO | LINKS PATROCINADOS

Mais do Valor Econômico

Valor em Pauta: Ouça as análises sobre os temas que vão movimentar o mercado hoje

Auxílio emergencial deve ganhar mais duas parcelas

Ideia é que novo Bolsa Família seja lançado em seguida

Por Edna Simão, Fabio Graner e Fabio Murakawa — De Brasília

08/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Carlos Melles: Guedes prometeu manter medidas de apoio a empresas e auxílio — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O governo deve prorrogar por mais dois meses o auxílio emergencial, pago às famílias mais vulneráveis. O pagamento das novas parcelas será viabilizado com a edição de medida provisória abrindo crédito extraordinário de cerca de R\$ 12 bilhões e utilização de algo em torno de R\$ 7 bilhões de sobra de recursos de rodada que termina em julho, segundo apurou o **Valor**. Com isso, o auxílio, que terminaria em julho, será assegurado até setembro.

Após essa rodada, a ideia é encaminhar medida provisória com o novo Bolsa Família turbinado.

Em reunião com o presidente Jair Bolsonaro e líderes empresariais no Palácio do Planalto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu que estenderá o auxílio emergencial e medidas de apoio às empresas até que a toda a população vacinável esteja imunizada, segundo o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Carlos Melles. Pelos cálculos de Melles, a vacinação deve ser concluída em outubro. No entanto, a promessa do Ministério da Saúde é de vacinar até o fim deste ano toda a população com mais de 18 anos.

“O ministro afiançou um pedido que a gente tinha feito. Hoje [ontem] colocou aquilo que a gente esperava. O auxílio [emergencial] vai até que o rebanho esteja vacinado. A nossa previsão é que até o fim de outubro estaríamos com o rebanho vacinado”, afirmou Mello, explicando que com “rebanho” quer dizer a “população vacinável”.

O presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), George Teixeira Pinheiro, também confirmou ter ouvido de Guedes a promessa. Segundo eles, além do auxílio emergencial, medidas adotadas para socorrer as empresas na pandemia também continuarão em vigor enquanto a vacinação contra o coronavírus não estiver concluída.

Pelas declarações dos presidentes das entidades, o ministro não se comprometeu com uma quantidade específica de parcelas adicionais do auxílio emergencial. Isso acontece porque há pressão política para que sejam pagas mais parcelas. Nos últimos dias, Guedes tem enfatizado o discurso de que, apesar de a atividade econômica ter voltado, ainda há muita morte e, por isso, está na mesa a prorrogação. Nos bastidores, os técnicos dizem que a liberação de duas novas parcelas já está acertada. A avaliação é de que mais parcelas poderiam colocar em risco o envio e a aprovação do novo Bolsa Família ainda neste ano.

A equipe econômica já estava considerando justificável a manutenção do auxílio por até dois meses pelo fato de que o contágio de covid-19 “não ter reduzido

rapidamente, mas também não ter aumentado”. “Parece ter um platô”, explicou um técnico da área econômica para o **Valor**.

Todo o debate passa também pelos custos. O governo já tinha recursos para pagar praticamente um mês a mais do benefício somente com sobra de recursos de rodada anterior. Porém, para custear as duas novas parcelas, no entanto, será preciso editar uma medida provisória em cerca de R\$ 12 bilhões de crédito extraordinário. O crédito extraordinário deixa a despesa fora do limite do teto de gastos. A nova rodada deverá seguir os mesmos moldes do auxílio que será pago até julho. O benefício mensal deve variar entre R\$ 150 e R\$ 375, média de R\$ 250 por família.

Com o pagamento de mais duas parcelas, o envio da medida provisória para criar um novo Bolsa Família também será jogado de agosto para frente. A ideia é que o fim do auxílio emergencial, em setembro, seja seguido do lançamento do novo programa, com valor médio que poderia saltar dos atuais R\$ 191 para R\$ 250, novas regras e benefícios associados e um público-alvo maior.

O novo Bolsa Família será uma das vitrines a serem apresentadas pelo presidente Jair Bolsonaro em 2022. Por ora, as simulações não embutem acabar com outros programas sociais, e sim usar o espaço fiscal aberto pelo resultado primário melhor que o esperado neste ano e o crescimento mais forte do teto de gastos em 2022.

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O pen drive mais poderoso e térmico em promoção

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

Chances de consumidores receberem ICMS de volta estão sob estudo

Impacto dos créditos embutidos no preço da conta de energia elétrica chega a R\$ 50,1 bilhões no total

Por Beatriz Olivon — De Brasília

08/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Mesmo após a derrota da União no Supremo Tribunal Federal (STF), as chances de os consumidores obterem o ressarcimento do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins - que foram repassados nos preços -, ainda é baixa. O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, pretende propor à associação entrar com representações em Ministérios Públicos Estaduais para que os valores sejam devolvidos aos consumidores. Mas entre os Ministérios Públicos Estaduais essa ideia ainda não tem força.

O Ministério Público de São Paulo, por exemplo, diz não ter sido acionado sobre nenhum caso do tipo. O Ministério Público de Minas Gerais encaminha o assunto ao Procon local, que considera a matéria tributária e não de consumo. Já o Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor (Idec) informou que avalia as possibilidades de uma eventual judicialização.

Por enquanto, há maior possibilidade de devolução dos créditos embutidos no preço da conta de energia elétrica. O impacto chega a R\$ 50,1 bilhões no total, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Aneel deve editar uma norma para regulamentar o ressarcimento aos consumidores. A área técnica do órgão regulador propôs devolver os valores por meio de desconto na fatura.

De acordo com o presidente da Unafisco, atuações semelhantes poderiam ser feitas até mesmo pelo setor de varejo, que oferece programas de fidelidade aos clientes. Para ele, as empresas vão receber o ressarcimento do ICMS incluído na base do PIS/Cofins, mas esse dinheiro não é inteiramente delas, já que ao longo dos anos o custo foi embutido no preço cobrado dos consumidores.

O setor de telecomunicações poderia fazer a devolução nas contas, a exemplo da proposta do setor de energia, de acordo com a tributarista Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP. “Mas isso deve ser resolvido primeiro com a agência reguladora”, afirma.

Eventuais pedidos em ações individuais ou coletivas, propostas pelos Ministérios Públicos, teriam que alegar o “enriquecimento sem causa” das empresas com os ressarcimentos, segundo o professor da FGV Direito Rio Daniel Dias, especialista em direito do consumidor.

Contudo, Dias é reticente sobre a possibilidade de o consumidor pleitear o reembolso dessa parcela. “Quem conserta um preço excessivamente oneroso é a concorrência”, afirma. O professor destaca que a formação de preços é livre no país. Assim, se depois um tributo é retirado, aquilo não teria efeitos para o consumidor que pagou a diferença embutida no preço. No caso de um erro de cálculo do vendedor sobre seus custos, exemplifica ele, não caberia ao consumidor pedir ressarcimento do que teria sido pago a mais.

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

[LOJA INTERATIVO](#)

LINK PATROCINADO

Extrato potente para diminuir a próstata em poucas semanas.

[P+ACTIVE](#)

LINK PATROCINADO

Casas de repouso em Bahia são mais baratas do que nunca

[CASAS DE REPOUSO](#) | [LINKS PATROCINADOS](#)

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

[CI-ACTIVE](#)

LINK PATROCINADO

Inmetro aprova venda de robô autônomo que limpa piscinas, confira aqui



Por Pedro Cafardo

É ex-editor-executivo do Valor e integrou a equipe que fundo... [ver mais](#)

Do bom gasto público à volta do ‘velho normal’

Experiência bem-sucedida de 2020 não foi suficiente para amolecer ortodoxia brasileira

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

A pandemia perde força lá fora. Aqui, o país está assustado com a possível chegada de uma terceira onda da covid-19. Quem tem fé reza, e quem não tem torce para que ela não venha, sem poder esperar por empenho efetivo da autoridade federal, que cometeu inúmeros equívocos no enfrentamento da doença. Estimativas indicam que esses erros e omissões tenham sido responsáveis por 70 mil das mais de 470 mil mortes.

A esta altura, rezando ou torcendo, aqueles que lidam com economia já têm material para avaliações conclusivas sobre o impacto real da pandemia na economia e o efeito das medidas emergenciais adotadas em 2020.

Ortodoxia não cedeu nem após experiência bem-sucedida de 2020

Diferentemente de outros economistas heterodoxos, que consideram a ação estatal fraca e inconsistente, o professor Luiz Fernando de Paula, da UFRJ, sustenta que as iniciativas tomadas em 2020, após pressões da sociedade, tiveram forte efeito contracíclico na economia. Houve redução de pobreza e desigualdade, ainda que as autoridades tenham agido sem estratégia coordenada.

No paper “A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil”, que circula nos meios acadêmicos, Fernando de Paula reúne dados para sustentar essa afirmação. A reação inicial do ministro da Economia, Paulo Guedes, foi lamentável, mantendo coerência com sua formação na velha Escola de Chicago e argumentando que as reformas seriam a melhor resposta à crise sanitária. Tomou medidas iniciais claramente insuficientes. Depois, acuado pelo Congresso, aceitou o auxílio emergencial e tomou outras medidas que totalizaram injeção de R\$ 415 bilhões na economia. A maior parte, R\$ 230 bilhões, foi aplicada no auxílio a pessoas vulneráveis (55%), seguido do auxílio a Estados e municípios (19%), à saúde pública (11%) e à manutenção do emprego e renda (8%).

O impacto inicial da pandemia foi assustador. O nível de utilização da capacidade produtiva da indústria no país, que já era baixo (menos de 80%), caiu para 65% em abril de 2020. Muitos desempregados decidiram parar de procurar trabalho e, assim, a soma de desocupados e desalentados atingiu 20% da população economicamente ativa.

O choque da atividade econômica transmitiu-se para o sistema financeiro, com falta de liquidez, redução de fontes de recursos externos, saques de linhas de crédito abertas e processos de repactuação de operações de crédito.

Alguns dados mostram o efeito do auxílio emergencial. A renda média efetiva dos 10% mais pobres do país teve aumento de 76%. No segundo décimo mais pobre, a alta foi de 32%, números que indicam um forte impacto distributivo. Nos segmentos de renda mais alta, o ganho declina à medida que a renda aumenta. Além da diminuição da desigualdade, houve redução da pobreza, de 23,7% em maio de 2020 para 18,4% em agosto. Nesse período, a pobreza extrema caiu de 4,18% para 2,29%

Citando Sanches et al (2021), Fernando de Paula observa que, com gasto equivalente a 4,1% do PIB, o auxílio emergencial foi responsável por evitar que a economia tivesse recessão de 8,4% a 14,8% no ano passado (a queda foi de 4,1%). O consumo das famílias, sem o benefício, poderia ter caído entre 11% e 14,7%, em vez de 6%.

Os efeitos dessas medidas e de outras que evitaram o racionamento do crédito são hoje admitidos por ortodoxos e heterodoxos e comemorados pelo mercado financeiro. O PIB cresceu 1,2% no primeiro trimestre e a previsão de expansão em 2021 supera 4%.

Cloroquinas econômicas

O problema é que a experiência bem-sucedida de 2020 não foi suficiente para amolecer a ortodoxia brasileira. Volta-se a apostar nos remédios de austeridade e retração do Estado, cloroquinas econômicas neste momento de contração. Acredita-se na tese da “fada da confiança”, diz Fernando de Paula, segundo a qual as políticas liberais destravam o espírito empresarial das amarras do Estado.

A agenda neoliberal, diz o economista, não seguiu em frente em 2020, uma vez que o governo aumentou os gastos públicos e isso atenuou a recessão. Abandonou-se a teoria de que o ajuste fiscal feito com cortes de despesas públicas aumenta a confiança dos agentes, estimula os gastos privados em consumo e investimento e, conseqüentemente, promove crescimento econômico.

Agora, embora a pandemia continue, o governo explicitamente retoma a agenda ortodoxa. Além de demorar para aprovar um novo e insuficiente auxílio emergencial, enviou ao Congresso uma lista de propostas prioritárias que confirmam a aposta nessa agenda liberal. Entre elas, a autonomia do Banco Central (já aprovada); a nova Lei Cambial, que poderá permitir a abertura de contas em dólar no país; a PEC Emergencial, que restringe gastos públicos de União, Estados e municípios. E está mantida a fé no teto de gastos.

A retomada neoliberal está em linha com a estratégia que vinha sendo adotada no país antes da pandemia, que o economista chama de “Thatcherismo Tupiniquim”. Segundo ele, porém, essa política diverge daquela que vem sendo considerada necessária, mundo afora, para a recuperação da crise, recomendada inclusive pelo FMI. Em seu “Fiscal Monitor”, o Fundo pressupõe “lockdowns” nos momentos mais agudos da pandemia e vacinação, dois pontos sabotados pelo governo. Um ponto central das recomendações é a necessidade da expansão fiscal e do investimento público em países avançados e emergentes. A sugestão é que os governos recorram também à emissão de dívida e à tributação de ricos.

Em um primeiro momento, o foco sugerido é a transferência de renda para os setores mais vulneráveis de pessoas e empresas. Em seguida, propõe o Fundo, o investimento público deve dar prioridade à melhoria da rede de saúde, à expansão da infraestrutura digital e à transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, tendo em vista o aquecimento global e a proteção ambiental.

Está evidente, portanto, segundo Fernando de Paula, o descompasso entre a estratégia do governo Bolsonaro para a recuperação da crise e a dos demais países e instituições internacionais. A tendência é que a tentativa de volta ao “velho normal”, com a agenda da austeridade, represente entrave para a recuperação da atividade que se iniciou com as medidas não ortodoxas do ano passado.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

O pen drive mais poderoso e térmico em promoção

[DESCONTEEIBR.COM](#)

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

[LOJA INTERATIVO](#)

LINK PATROCINADO

Compre produtos baratos que vão deixar sua mesa que nem as dos famosos! Confira já.

[LET'S EAT IT](#)

LINK PATROCINADO

Micção frequente, jato fraco e próstata inflamada podem ser resolvidas usando isto.

[P+ACTIVE](#)

LINK PATROCINADO

Inmetro aprova venda de robô autônomo que limpa piscinas, confira aqui

[ROBÔ LIMPADOR DE PISCINA](#)

LINK PATROCINADO

Pen drive de 2tb que é moda na europa chega no Brasil

[PORTAL G7](#)

Mais do Valor **Econômico**

Valor em Pauta: Ouça as análises sobre os temas que vão movimentar o mercado hoje

Empresas adiam na Justiça pagamento de IR e CSLL sobre créditos

Discussão judicial cresce após fim do julgamento da exclusão do ICMS do PIS/Cofins

Por Beatriz Olivon — De Brasília

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Advogado Caio Malpighi: Ainda não há uma consolidação da jurisprudência — Foto: Divulgação

O fim do julgamento que definiu a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins abre para a Receita Federal a possibilidade de realizar novas cobranças de tributos. Isso porque incide a alíquota de 34% de IRPJ e CSLL sobre valores devolvidos aos contribuintes. A situação tem levado ao Judiciário empresas que tentam adiar o pagamento desta tributação para o momento em que, efetivamente, os créditos entrarem no caixa.

A jurisprudência está longe de ser pacífica. Mas há decisões favoráveis a empresas que podem servir de argumento em processos semelhantes.

A Receita exige o IRPJ e a CSLL na hora do trânsito em julgado, quando não cabe mais recurso da decisão judicial. Contribuintes pedem na Justiça para serem tributados apenas quando o pedido de compensação dos créditos de PIS e Cofins, sem o ICMS, for homologado pela Receita. Como o intervalo entre um e o outro momento para ficar quites com o Fisco pode chegar a dez anos, uma decisão judicial pode ter impacto significativo.

As compensações tributárias feitas pelos contribuintes atingiram R\$ 67,592 bilhões de janeiro a abril de 2021, impulsionadas pela utilização dos créditos envolvendo a “tese do século”. Isso indica um avanço real de 40,37% sobre o mesmo período de 2020. De 2017 até agora, foram utilizados R\$ 117,5 bilhões em créditos associados à tese.

Após o trânsito em julgado da decisão que concedeu o direito aos créditos, a empresa tem cinco anos para habilitar o crédito na Receita. Uma vez autorizada a habilitação do crédito, são apresentadas as declarações de compensação (DComps), explica o advogado Caio Malpighi, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados. A Receita tem mais cinco anos para homologar ou não os créditos. A Selic incide até o momento da compensação.

“Ainda não há uma consolidação da jurisprudência sobre o momento da tributação”, afirma Malpighi. Há decisões pelo momento do trânsito em julgado, o da homologação e a intermediária, na transmissão da DComp. “Isso ainda vai ser objeto de muito contencioso, especialmente com os trânsitos em julgado, agora, sobre a tese de retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins.”

A Receita define o momento da tributação por meio de normas administrativas. Pelo Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 25, de 2003, afirma que nos casos de repetição de indébito - quando deve ser devolvido um valor pago a mais-, a receita é tributável no trânsito em julgado da sentença judicial que define o valor a ser restituído. Pela Solução de Consulta nº 233, de 2007, a Receita confirma que créditos reconhecidos passam a ser tributáveis na data do trânsito em julgado.

Uma empresa de tecnologia do interior de São Paulo, representada pela advogada Camila Camargo Altero, sócia do escritório Benício Advogados, obteve decisão favorável na 2ª Vara Federal de Jundiaí (5005150-97.2020.4.03.6128). “Enquanto não houver a homologação da compensação, os débitos tributários decorrentes de sentenças transitadas em julgado não podem sofrer a incidência do IRPJ e da CSLL”, afirma o juiz federal José Eduardo de Almeida Leonel Ferreira na decisão.

Segundo Daniel Ávila Thiers Vieira, do escritório Locatelli Advogados, não há, logo após o trânsito em julgado, a ocorrência de fato que permita a tributação. “O entendimento da Receita é muito desfavorável”, afirma.

Mas, em julgado recente, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, localizado no Recife, decidiu que, se a decisão do trânsito em julgado já indicar o valor a compensar, a partir dela ocorre a tributação. Contudo, caso não seja definido o montante a ser devolvido ao contribuinte, a tributação só incide no momento da declaração de compensação. Unânime, a decisão manteve o mandado de segurança concedido à Jav Indústria de Alimentos. Os embargos de declaração da União foram negados (processo nº 0800221-81.2020.4.05.8500).

Na 3ª Região, que engloba os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, há decisões favoráveis e contrárias às empresas. Recentemente, a 4ª Turma do TRF manteve liminar em mandado de segurança para a tributação só ocorrer no momento da homologação da compensação. No voto, a relatora, desembargadora

federal Marli Ferreira, afirma que até a decisão administrativa que homologa a habilitação creditória do contribuinte, os valores reconhecidos pela decisão judicial não são certos, líquidos e exigíveis. A decisão foi unânime (processo nº 5010177-15.2020.4.03.0000).

Por outro lado, a juíza Ana Lucia Petri Betto, da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo negou o pedido de um contribuinte. "A partir do trânsito em julgado da sentença, nasce a disponibilidade jurídica da renda, estando, assim, configurado o fato gerador do imposto de renda" (processo nº 5024168-91.2020.4.03.6100).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não retornou até o fechamento da reportagem.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Dentes mais brancos: Essa escova clareia e limpa até 6 vezes mais

MYSMILE PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Compre produtos baratos que vão deixar sua mesa que nem as dos famosos! Confira já.

LET'S EAT IT

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Extrato potente para diminuir a próstata em poucas semanas.

P+ACTIVE

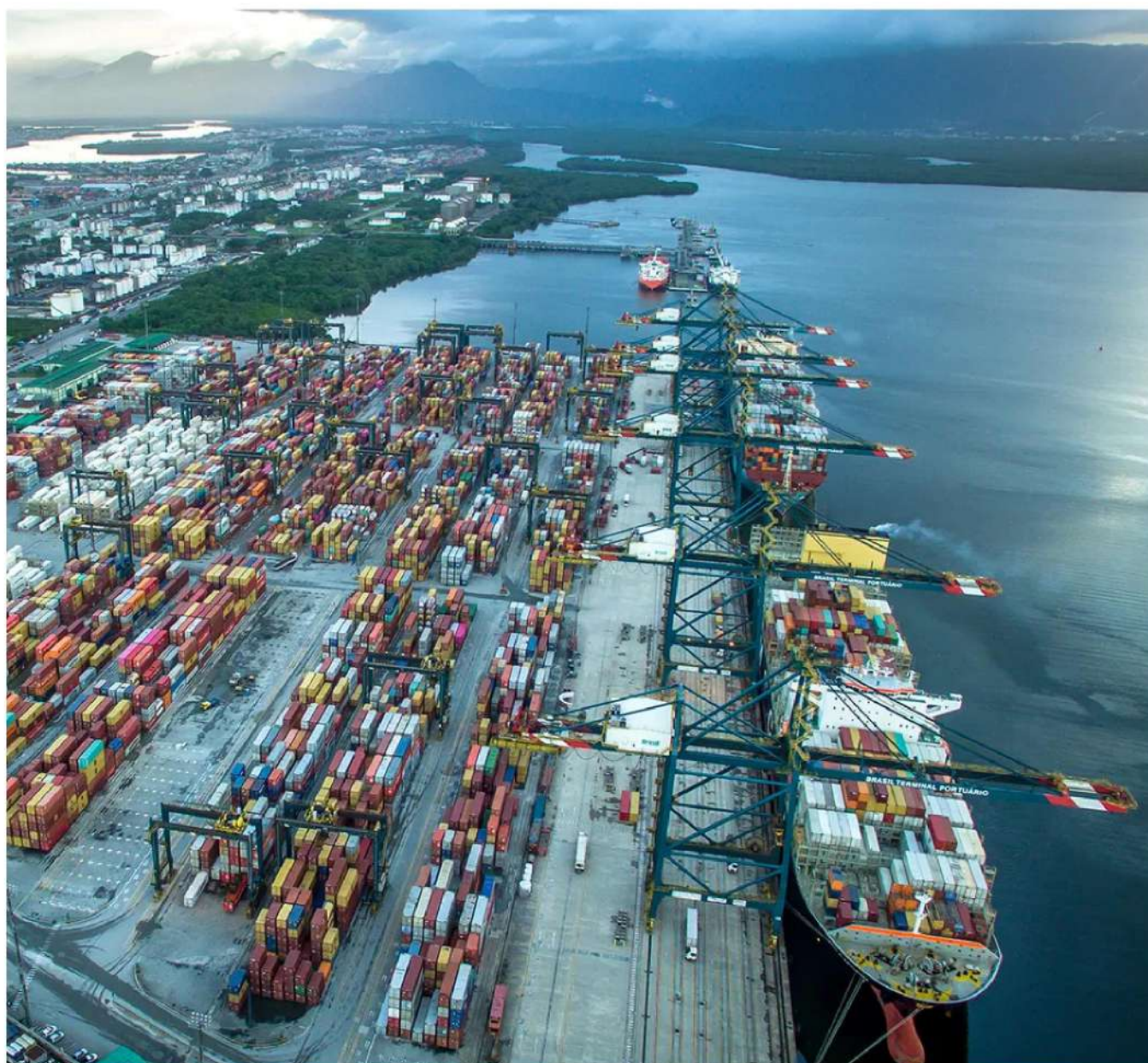
LINK PATROCINADO

Indefinição sobre regime fiscal afeta projetos em portos

Associações pressionam por Reporto, que também desonera ferrovias e acabou após 16 anos

Por Daniel Rittner — De Brasília

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas





Terminal portuário em Santos: fim de regime tributário especial faz país perder investimento para porto em Israel —
Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

Dona do maior terminal de contêineres do país, a BTP vinha planejando a compra de quatro novos superguindastes para dinamizar ainda mais suas operações no Porto de Santos (SP). Conhecidos como “ship-to-shore”, esses equipamentos são responsáveis por carregar e descarregar grandes navios. Com 120 metros de altura e 1,6 mil toneladas, cada um pode custar US\$ 10 milhões.

O plano de aquisição, no entanto, foi adiado. A suíça Terminal Investment Limited (TIL), com sede em Genebra e principal acionista da BTP, opera em cinco continentes e preferiu fazer a encomenda dos guindastes para seu terminal em Ashdod (Israel).

Motivo para suspender, por ora, a compra de portêineres no Brasil: a falta de perspectivas sobre o futuro do Reporto, regime tributário especial que desonera investimentos em portos e ferrovias, mas expirou no fim do ano passado - após uma década e meia de sucessivas prorrogações.

“Sem o Reporto, cada STS [‘ship-to-shore’] em Santos sairia por US\$ 15 milhões. Fica muito difícil explicar para um investidor estrangeiro que o mesmo equipamento

orçado pouco tempo antes torna-se, de repente, 50% mais caro”, diz Antônio Patrício Junior, diretor de investimentos da TIL.

O benefício garante isenção de IPI e PIS/Cofins para a compra de máquinas e equipamentos, como locomotivas e trilhos, além de suspensão da cobrança de Imposto de Importação sobre itens que não tenham similares nacionais. A suspensão abrange também o ICMS cobrado pelos Estados. Todos esses tributos podem onerar os investimentos em 52%.

Empresários de portos e ferrovias tentaram incluir a extensão do Reporto, existente desde 2004, em medidas provisórias que tramitavam no Congresso Nacional durante o ano passado. Graças à atuação do governo, nenhuma das emendas negociadas com os parlamentares prosperou. Em dezembro, finalmente conseguiram encaixar a renovação do regime especial na “BR do Mar”, projeto de estímulos à navegação de cabotagem aprovado pela Câmara.

O projeto de lei foi para o Senado, mas perdeu a urgência e agora está praticamente engavetado. Paralelamente, o Orçamento da União para 2021 ficou sem rubrica voltada para o Reporto. A iniciativa privada desistiu da estratégia e agora pressiona o governo pela publicação de uma MP específica sobre esse assunto.

Um grupo de oito associações empresariais se reuniu com o próprio presidente Jair Bolsonaro em março, no Palácio do Planalto, pedindo celeridade no tratamento da

questão. Bolsonaro ligou para o ministro da Economia, Paulo Guedes, e pediu que ele recebesse a comitiva imediatamente. Guedes mobilizou a Receita Federal, que enviou um formulário de “avaliação técnica de benefícios e incentivos fiscais” para preenchimento. O documento foi preenchido e encaminhado à Receita.

Não houve mais resposta, segundo diversos representantes do setor. Procurado pelo **Valor**, o Ministério da Economia não respondeu até a conclusão desta edição.

Diante da ausência de sinalizações, as associações mandaram uma carta para Bolsonaro, no dia 10 de maio - com cópia apenas para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e ignorando Guedes. Elas se dizem preocupadas com a demora na definição sobre o Reporto e fazem um apelo pela edição de MP, com vigência do regime até o fim de 2025.

“Prorrogar só por um ano não resolve o problema. Entre a encomenda e a entrega de um equipamento, quando há o processamento aduaneiro, leva-se cerca de 18 meses. Se não houver segurança jurídica, não tem investimento”, ressalta Patrício Junior.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) já acenou que, em caso de renovação do Reporto, empresas que arrendam terminais em portos públicos podem pedir reequilíbrio de seus contratos pelo investimento realizado enquanto o regime não estava valendo. O clima no setor, contudo, é de incerteza.

No caso de terminais de uso privado, que estão localizados fora dos portos organizados e operam sob contratos de autorização, não há possibilidade de reequilíbrio. A DP World Santos - antiga Embraport - se enquadra nessa situação e já nota reflexos da perda de vigência do Reporto. O estudo de viabilidade de um projeto de expansão do terminal está sendo feito sem considerar os efeitos do regime tributário, o que torna a equação final mais complicada de parar em pé.

“A extinção do programa [Reporto] acarreta em um impacto significativo em novas aquisições”, disse a DP World, que tem sede em Dubai, em nota enviada ao **Valor**.

“Se o benefício for de fato extinto, haverá elevado custo tributário sobre produtos essenciais para o desenvolvimento das atividades e comprometimento dos investimentos feitos em novos equipamentos e na modernização portuária. Se o atraso da prorrogação acontecer, a competitividade das exportações será reduzida. Se prorrogado, os custos não seriam impactantes em âmbito nacional.”

No setor de ferrovias, a indefinição sobre o Reporto ocorre em um momento de nova onda de investimentos, já que concessões foram prorrogadas antecipadamente em troca de grandes obras de ampliação. Um dos exemplos é o da Malha Paulista, controlada pela Rumo, que prevê aportes superiores a R\$ 6 bilhões. Todos os cálculos foram feitos considerando a existência do benefício.

“Há um descompasso entre toda a ambição do programa de concessões promovido pelo Ministério da Infraestrutura e o atraso do Reporto”, afirma o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Simões Paes.

Para ele, não adiantará muito fazer reequilíbrios econômicos das concessões que prolongam contratos, pois eles já têm prazos muito longos - até meados da década de 2050 - depois de prorrogados. Uma hipótese seria descontar o pagamento de outorga à União. Ocorre que a Rumo, por exemplo, já antecipou boa parte do que devia em outorga. Corre-se o risco de, alternativamente, postergar aportes pactuados.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura disse apoiar a prorrogação do Reporto “por curto prazo” - a equipe econômica defende uma definição mais longa no âmbito da reforma tributária.

A pasta “reconhece a importância do programa de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e ferrovias do país” e, na nota enviada ao **Valor**, acrescenta: “A prorrogação do Reporto permanece como tema de debate junto ao Ministério da Economia, com o objetivo de chegar a uma decisão conjunta e equilibrada sobre o programa de incentivos fiscais, em que os interesses públicos sejam prevalecidos”.

Inflação abre espaço de quase R\$ 120 bilhões no teto de gastos de 2022

Se IPCA ficar na casa de 8% em 12 meses até junho, aumento do limite de despesas será de R\$ 10 bi em relação ao projetado

Por Fabio Graner — De Brasília

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Com o agravamento da crise de energia e a continuidade da alta nos preços de commodities, uma inflação da ordem de 8% no acumulado em 12 meses até junho já está sendo precificada por vários analistas no mercado. A situação, que vai corroendo cada vez mais a renda do trabalhador, dará uma força adicional para o governo gastar no ano eleitoral. É que o reajuste no limite imposto pelo teto de gastos, a se confirmar o pior cenário inflacionário, será mais de R\$ 10 bilhões superior aos R\$ 107 bilhões que já estão previstos para o aumento de despesas para 2022.

Essa lógica, contudo, só vale se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fato perder fôlego no segundo semestre, como projetam os analistas e o próprio governo, contendo os reajustes em Previdência e outros benefícios que serão dados no início do ano que vem. Se a inflação em 12 meses não se moderar, contudo, parte desse “ganho” fiscal será perdida.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trabalha com uma alta de 7,14% para o IPCA em 12 meses até junho, que é a referência para o teto de gastos. No acumulado até abril, a conta está em 6,76%. Com as projeções da pesquisa Focus, do Banco Central, para maio e junho, ele iria para 8,07%. Consultorias como a MB Associados e a Tullet Prebon já trabalham na casa de 8%. Com os dados da Focus, o limite de gastos subiria R\$ 119,9 bilhões, para R\$ 1,605 trilhão, ante R\$ 1,592 trilhão na LDO.

Como faltam dois meses de dados efetivos, os números podem se alterar. O Orçamento só será fechado para envio em agosto, e o IPCA de junho só sai no início de julho. De qualquer forma, após o anúncio de bandeira vermelha 2 para a energia elétrica, a situação inflacionária se deteriorou neste mês.

Apesar do espaço maior no teto, outras variáveis devem ser observadas para que haja mais espaço para gastos públicos, alerta o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Daniel Couri.

A principal é o resultado primário. Se o cenário para a arrecadação continuar evoluindo favoravelmente, a diferença entre receita e despesas não será constrangimento, e o espaço aberto no teto poderá ser todo consumido. Caso a receita não mantenha a performance e piore, o governo pode ficar limitado pela necessidade de atingir déficit de R\$ 170,5 bilhões.

Para ele, caso se confirme um espaço maior para o gasto, este seria mais bem utilizado com a ampliação do Bolsa Família do que com investimentos ou alta de salários do funcionalismo, entre as demandas reprimidas que o governo pode querer atender em 2022. “De fato reforço do Bolsa Família seria bem-vindo e mais alinhado com a necessidade de efeitos na economia e na pobreza e desigualdade”, disse. O governo prepara um reforço de seu principal programa social, para vigorar em outubro.

Ele também comentou sobre a melhora em outros dados fiscais, como a dívida, por causa do PIB maior. “A gente tem que olhar com cuidado até que ponto é melhora estrutural. Se for conjuntural, pode virar problema, os juros podem ficar mais altos e elevar a dívida”, disse. “É preciso ter visão mais prudente do que está acontecendo. A gente está vendo algumas pessoas mais otimistas, outros mais céticos, sobre essa melhora fiscal.”

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Lanterna tática com frete grátis só hoje

OFERTAS MEGA

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

Lira cobra governo por projeto do imposto de renda

Presidente da Câmara disse que instalará a comissão da reforma administrativa nesta semana

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cobrou ontem que o governo envie logo o projeto com mudanças no Imposto de Renda. Ele disse que instalará a comissão da reforma administrativa nesta semana e que gostaria de votar o projeto de reformulação do Bolsa Família antes do recesso, em julho, para que não fosse mais necessário prorrogar o auxílio emergencial.

Lira participou de evento do Bradesco BBI e afirmou que a reforma tributária começará pelo projeto da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica o PIS

e Cofins, e que deve indicar o relator nesta semana, mas que o governo precisa dar clareza sobre quais as outras fases que pretende propor para a reforma. "Para começar a discussão da CBS, é preciso que o governo se mobilize e encaminhe para a Câmara os outros projetos", disse.

Ele afirmou também que o governo está contra o fundo de equalização e o comitê gestor da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma tributária que era discutida no Congresso e que fará uma última reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), essa semana para "desidratar" o projeto, que terá a tramitação iniciada pelo Senado. Os pontos excluídos, sugeriu, poderão voltar no futuro quando "aumentar a pressão" para votar a PEC.

Lira disse que há questionamentos sobre a alíquota da CBS ter um impacto muito pesado no setor de serviços, mas que os parlamentares negociarão com a Receita Federal regras para não impactar os setores e nem comprometer a arrecadação do governo. O debate "não será coisa meteórica, mas não terá também protelação porque é projeto de lei de maioria simples", disse.

Já sobre a reforma administrativa, Lira voltou a repetir que as regras não afetarão os atuais servidores e convidou todos os partidos para um almoço hoje para tratar do calendário. Ele pretende instalar a comissão especial esta semana e afirmou que dará vagas no colegiado a partidos que não teriam direito, mas destacou que o parecer será votado entre 10 a 40 sessões de plenário.

O presidente da Câmara defendeu ainda um novo programa social para substituir o Bolsa Família - que ainda não foi apresentado pelo governo Bolsonaro - e que há condições de aprovar essa proposta antes do fim do auxílio emergencial. "O auxílio deve ficar até julho/agosto, não acho que a melhor solução seja postergá-lo", disse.

Esse novo programa, afirmou Lira, respeitará o teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo acima da inflação) e outras regras fiscais e será "socialmente mais agradável e palatável" que o Bolsa Família porque, na sua visão, não desestimularia as pessoas a procurarem empregos formais para não perderem o acesso ao benefício.

Ele também afirmou que espera que o Senado vote a medida provisória (MP) de privatização da Eletrobras até no máximo a próxima semana, antes que perca a validade, e que a Câmara pretende votar o projeto de lei de privatização dos Correios - com a quebra do monopólio sobre os serviços postais - entre o fim do primeiro semestre e o começo do segundo.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Pen drive de 2tb que é moda na europa chega no Brasil

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

Inmetro aprova venda de robô autônomo que limpa piscinas, confira aqui

ROBÔ LIMPADOR DE PISCINA

Maioria no STF defende que sucata gera créditos de PIS/Cofins

Julgamento dividiu os ministros em quatro linhas de voto

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

08/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram pela possibilidade de apropriação de créditos de PIS e Cofins na aquisição de sucata - desperdícios, resíduos ou aparas. A prática é vedada pelo artigo 47 da Lei nº 11.196, de 2005. Os ministros também manifestaram, contudo, serem contrários à isenção do setor.

O tema foi julgado em ação que envolve a Sulina Embalagens e a Trombini Industrial, indústrias do setor papelero. Elas usam materiais reciclados (aparas de papel) como insumo principal no processo produtivo. No processo, destacam que o Estado dá aos produtos reciclados um tratamento tributário mais gravoso do que aos produtos extraídos da natureza, que empregam menos mão-de-obra e agredem o meio ambiente (RE 607109).

Já a Fazenda alega que o artigo 48 da mesma lei prevê a suspensão da incidência das contribuições no caso de venda de sucatas para empresa que apure o IR com base no lucro real. Portanto, não seria possível gerar crédito quando a operação anterior não é sujeita ao pagamento das contribuições. De acordo com a União, o aproveitamento dos créditos no sistema da não cumulatividade é definido pela incidência das contribuições nas operações anteriores.

O julgamento dividiu os ministros em quatro linhas de voto. Prevaleceu o voto do ministro Gilmar Mendes, para quem as empresas que vendem sucata são, na verdade, prejudicadas com o modelo da Lei 11.196.

No voto, o ministro explica que as vendedoras pagariam 3,65% de PIS e Cofins e quem compra teria crédito de 9,25%, mais vantajoso, portanto, do que comprar das isentas, que não pagam nada, mas também não proporcionam crédito. Por isso, ele votou a favor do uso dos créditos, mas também contra a isenção de quem vende sucata.

Assim, para Mendes, são inconstitucionais os artigos 47 e 48 da Lei 11.196, de 2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis e concedem isenção. “Hoje, do ponto de vista tributário, é economicamente mais vantajoso comprar insumos da indústria extrativista do que adquirir matéria-prima de cooperativas de catadores de materiais recicláveis”, afirma. Além de contraditório, a Constituição defende o meio ambiente, segundo o ministro, o que torna essa previsão inconstitucional.

“Embora o legislador tenha visado a beneficiar os catadores de papel, a legislação provocou graves distorções que acabam por desestimular a compra de materiais reciclados”, afirma. O voto foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux e Kassio Nunes Marques.

O ministro Dias Toffoli considerou inconstitucional apenas o artigo 47, sobre a vedação aos créditos. Assim ficou vencido junto com os ministros que votaram pela validade do dispositivo.

A relatora, ministra Rosa Weber, e o ministro Marco Aurélio Mello, consideraram o artigo válido, fazendo exceção às empresas no Simples, que pagam alíquota menor dos tributos. Já para o ministro Alexandre de Moraes, a vedação também é constitucional, mas sem a ressalva do Simples. O ministro Ricardo Lewandowski não havia votado até o fechamento da edição.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Unifique sua rede e proteja seu investimento na borda

CIENA

LINK PATROCINADO

O pen drive mais poderoso e térmico em promoção

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Novas máscaras são recomendadas. Saiba mais

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Crianças viciadas no celular? Novo dispositivo afasta os pequenos da tela

PORTAL G7

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Veja como economizar água e tempo com este acessório

PORTAL G3

Mais do Valor **Econômico**

Minério de ferro tem alta de 3,5% na China e fica perto de US\$ 210

Mercado superestima déficit primário há dez meses, aponta estudo da SPE

Levantamento mostra mudança de padrão das previsões do mercado sobre resultado das contas do governo federal

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Há dez meses consecutivos, o mercado financeiro vem superestimando o déficit primário das contas do governo federal. É um padrão diferente do que havia antes da pandemia, quando os erros das previsões variavam para mais ou para menos.

É o que mostra a nota informativa “Quebra no padrão dos erros de projeção de mercado do resultado primário desde meados de 2020”, elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia e enviada ao **Valor**.

O levantamento compara as previsões de mercado captadas pela pesquisa Prisma Fiscal com os resultados observados a cada mês. Até junho de 2020, os erros foram de R\$ 1,8 bilhão para cima ou para baixo, na média. Variaram entre R\$ 14 bilhões e R\$ 12 bilhões negativos. Depois de junho de 2020, as previsões de déficit têm sido consistentemente maiores do que o resultado efetivo e o erro médio foi para R\$ 20,7 bilhões.

“São elementos bastante interessantes para o debate em relação a como o mercado enxerga os dados fiscais”, diz o subsecretário de Política Fiscal, Erik Figueiredo. Para ele, a frustração das expectativas do mercado indica que a consolidação fiscal adotada pelo governo tem dado retorno melhor que esperado. “Não é crítica ao mercado”, diz o coordenador-geral de Política Fiscal da SPE, Bernardo Borba de Andrade. “Estamos vivendo tempos difíceis de previsão.”

Um elemento por trás dos erros pode ser o uso de modelos que não se ajustam às condições da pandemia. Erros nas previsão do déficit primário podem afetar, por exemplo, a estimativa de juros, citou Andrade. E déficits superestimados acabam gerando “efeito manada” negativo no mercado.

Conteúdo Publicitário

Petrobras se prepara para venda de Braskem

Estatual, dona de 36% do capital da petroquímica, busca banco para ser seu assessor financeiro numa operação de transferência de controle

Por Mônica Scaramuzzo — De São Paulo

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A Petrobras está em conversas com bancos para assessorá-la em uma eventual venda de sua participação na Braskem, apurou o **Valor** com fontes a par do assunto. Não há, contudo, neste momento, uma intenção da estatal de se desfazer de sua participação na petroquímica, segundo pessoas a par do assunto.

Mesmo que não decida negociar sua fatia, a estatal tem direito ao “tag along” - instrumento que permite que o acionista minoritário possa vender sua participação nas mesmas condições oferecidas ao controlador - no caso a Novonor (ex-

Odebrecht) -, de acordo com pessoas a par do assunto. Por isso, a estatal deverá contar com um "adviser" (assessor) para acompanhar esse processo.

Na composição acionária da petroquímica brasileira, a Petrobras tem 36,15% e a Novonor, 38,4%, do capital total. Ontem, o valor de mercado da Braskem fechou em R\$ 47,2 bilhões. No mês, as ações da companhia já acumulam alta de 20,2%, de acordo com o Valor Data. No ano, as ações da petroquímica subiram 155%.

Com o avanço das negociações da Odebrecht para a venda de sua fatia na petroquímica, a Petrobras tem discutido a possibilidade de também ter uma assessoria financeira para acompanhar o processo mais de perto e eventualmente avaliar a venda de sua parte, disseram duas fontes ao **Valor**. Bancos foram contatados pela petroleira nas últimas semanas. Procurada, a estatal disse não comentar o assunto.

A estatal tinha contratado o Bradesco BBI para assessorá-la na venda de sua fatia quando a petroquímica estava em negociações com a empresa LyondellBasell, mas as conversas não avançaram. O contrato com o banco expirou e não foi renovado, segundo uma fonte.

A Odebrecht contratou o banco Morgan Stanley para vender sua participação, que inclui o controle, na petroquímica. O processo está em fase de apresentar a companhia para potenciais interessados. Fontes afirmam que investidores

estratégicos estariam tentando apresentar propostas para comprar a petroquímica brasileira de forma fatiada.

Fatiar a companhia não interessa à Braskem. Segundo uma fonte ligada à empresa, a Odebrecht quer vender a totalidade das ações. A empresa tem ativos no Brasil, EUA, Europa e México. A Braskem também não quis comentar o processo de venda.

Conteúdo Publicitário

Plataforma reúne dados, fotos e infográficos do segundo maior bioma brasileiro

UM SÓ PLANETA

'Quem quer mais auxílio vá no banco fazer empréstimo', diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que a CPI da Pandemia não vai derrubá-lo do cargo

VALOR INVESTE

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Micção frequente, jato fraco e próstata inflamada podem ser resolvidas usando isto.

Repressão fiscal e fim da hiperglobalização

Regras que favoreciam empresas globalizadas estão sendo reescritas

Por Dani Rodrik

08/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

No dia 5, as principais economias do mundo anunciaram um acordo que fortalecerá sua capacidade de elevar os impostos cobrados às empresas globalizadas. O acordo ainda precisa ser aprovado por um conjunto maior de países e restam muitos detalhes a solucionar para que entre em vigor. No entanto, não seria despropositado descrever o pacto como histórico.

O acordo do G-7 tem dois alicerces. Em primeiro lugar, propõe um imposto mínimo mundial de 15% a ser cobrado das maiores empresas. Em segundo, uma parte dos lucros mundiais dessas empresas retornarão para os países em que elas operam, independentemente da localização de sua sede física.

Paraísos fiscais têm prestado um grande serviço às corporações globalizadas ao facilitar a elisão fiscal, a custos consideráveis para os departamentos de tesouro de outros países. As regras mundiais estão justificadas em evitar medidas que arruinam seu vizinho

Esses objetivos são uma indicação muito clara de que as regras da hiperglobalização - segundo as quais os países têm de competir para oferecer às empresas globalizadas acordos cada vez mais vantajosos - estão sendo reescritas. Até muito recentemente, foi a oposição da parte dos Estados Unidos que paralisou a harmonização fiscal mundial. Agora, foi o governo do presidente americano, Joe Biden, que impulsionou a formulação do acordo.

Desde que começou a guerra competitiva entre as empresas por meio da redução de custos, na década de 1980, a alíquota média legal caiu a partir de quase 50% para cerca de 24% em 2020. Muitos países têm brechas e isenções generosas que reduzem a alíquota de imposto efetiva a valores de um só dígito. E, o que é ainda mais prejudicial, as empresas globalizadas conseguiram deslocar os lucros para paraísos fiscais puros, como as ilhas Virgens Britânicas, as ilhas Cayman ou as ilhas Bermudas, sem ter de transferir qualquer de suas operações efetivas para lá. Estimativas de Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, revelam que uma parcela alta demais dos lucros realizados por corporações americanas no exterior é contabilizada nesses paraísos fiscais, onde elas empregam apenas algumas pessoas.

Para além das questões sobre a viabilidade administrativa, o novo acordo poderá enfrentar duas objeções opostas. Os defensores da justiça fiscal vão criticar a alíquota mínima mundial de 15% como baixa demais, enquanto muitos países em desenvolvimento vão censurar o mínimo como uma restrição injustificada que tolherá sua capacidade de atrair investimentos. O acordo aprovado pelo G-7 parece refletir ambos os conjuntos de preocupações: o limiar baixo poderá aplacar os temores dos países em desenvolvimento, enquanto o rateio dos lucros possibilitará que as jurisdições que cobram impostos elevados recuperem parte de sua arrecadação perdida.

Entre os países desenvolvidos, apenas a Irlanda, com uma alíquota legal de 12,5%, fica aquém do mínimo proposto. Mas há países pequenos, como a Moldávia (12%), o Paraguai (10%), e o Uzbequistão (7,5%), que fixaram suas alíquotas em níveis particularmente baixos a fim de atrair investidores estrangeiros, considerados fonte de empregos de qualidade e de tecnologias avançadas. Em ambientes de investimentos inóspitos, impostos mais baixos são uma das poucas maneiras

imediatas pelas quais os governos podem indenizar as empresas pelas muitas desvantagens que enfrentam. E as alíquotas efetivas de impostos praticadas por alguns países asiáticos, como Cingapura (onde a alíquota legal é de 17%, mas onde são aplicadas alíquotas mais baixas sobre determinados setores), podem acabar no lado errado do mínimo também.

O argumento em favor do cumprimento fiscalizado de um piso comum no campo da taxação corporativa fica mais forte quando os países têm preferências semelhantes e querem evitar um dilema de prisioneiro, segundo o qual o único motivo para baixar os impostos é evitar que o capital vá para outro lugar. Isso pode valer para a maioria dos países desenvolvidos, mas certamente não para todos, como indicam os exemplos da Irlanda, Holanda e Cingapura. Mas, quando os países diferem grandemente em níveis de desenvolvimento e outras características, o que é adequado em um pode ser um obstáculo ao crescimento em outro.

Os EUA e países europeus de impostos elevados poderão reclamar por perder receita fiscal quando países mais pobres mantiverem alíquotas mais baixas. Mas nada impede esses países de taxar suas empresas nativas unilateralmente, a alíquotas mais altas: eles podem simplesmente aplicar o imposto sobre os lucros mundiais das empresas, proporcionalmente distribuídos de acordo com a parcela da receita que geram no mercado interno. Como argumentou Zucman, cada país pode fazer isso por conta própria, sem harmonização ou mesmo coordenação mundial.

É exatamente isso que o segundo alicerce do acordo do G-7 contempla (embora cubra apenas parte do caminho). Segundo o acordo, as maiores empresas multinacionais com margens de lucro de pelo menos 10% terão de destinar 20% de seus lucros mundiais aos países em que vendem seus produtos e serviços.

O motivo pelo qual os EUA preferem um mínimo mundial, adicional ao rateio nacional, é o fato de o país não querer pôr suas empresas em desvantagem em relação às de outros países ao taxá-las por meio de alíquotas significativamente mais elevadas. Mas esse motivo de natureza competitiva não difere nem um pouco do desejo dos países pobres de atrair investimentos. Se os Estados Unidos vencerem e estes últimos saírem perdendo, será devido ao poder relativo, e não à lógica econômica.

O governo Biden queria inicialmente que a alíquota mínima mundial fosse fixada em 21%. A solução de compromisso final de 15% pode ser suficientemente baixa para minimizar as tensões com os países mais pobres e para permitir que estes últimos aprovelem o acordo. O equilíbrio entre as regras mundiais e a soberania nacional pode ter sido devidamente alcançado nesse particular.

Mas, para países como os EUA, isso ocorrerá à custa da arrecadação fiscal mais baixa, caso o segundo alicerce do rateio não seja fortalecido. Em última instância, um regime mundial que amplie a capacidade de países individuais de criar e gerir seus próprios sistemas fiscais, à luz de suas necessidades e preferências, tende a se mostrar mais sólido e durável do que tentativas de promover a harmonização fiscal internacional.

O que ficou claro agora é que países que operam como puros paraísos fiscais - apenas interessados em movimentar lucros escriturais, sem absorver capital novo - têm pouco a reclamar. Eles têm prestado um grande serviço às corporações globalizadas ao facilitar a elisão fiscal, a custos consideráveis para os Tesouros de outros países. As regras mundiais estão plenamente justificadas em evitar medidas que tão desavergonhadamente arruinam seu vizinho. O acordo do G-7 é um passo importante na direção certa. **(Tradução de Rachel Warszawski).**

Dani Rodrik é professor de economia política internacional da Faculdade de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard". Copyright: Project Syndicate, 2021.

www.project-syndicate.org

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTEEIBR.COM